



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 105

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA FEIRA, 1 DE JULHO DE 1968

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Faço saber que o Congresso Nacional se acha convocado, nos termos do artigo 31, § 1º, da Constituição, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para se reunir extraordinariamente, no período de 1 a 31 de julho do corrente ano.

A instalação do período legislativo extraordinário, assim fixado, reali-

zar-se-á no dia 1º de julho, às 15 horas, no Plenário, da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 30 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO  
Presidente

ATA DA 132ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura Extraordinária

PRESIDENCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 10 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores

Adalberto Sana  
José Guimard  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Pedro Carneiro  
Achilles Cruz  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Luiz de Barros  
Anon de Melo  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Nogueira da Gama  
Filinto Müller  
Milton Menezes  
Atilio Fontana  
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, ocioso aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

## SENADO FEDERAL

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 228-68 (nº de origem 402-68), de 28 do corrente mês — com referência à escolha do Sr. José Caracampo de Mendonça Braga para Membro do Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE).

Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo

Nº 229-68 (nº de origem 403-68), de 28 do corrente mês — com referência à promulgação do Decreto Legislativo nº 27, de 1968, que aprova a Convenção da Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução número 1.019 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20.2.57.

### PARECERES

Parecer nº 592, de 1968

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1968 (nº 71-B, de 1968, na Câmara), que aprova o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.

Relator: Fernando Corrêa

De iniciativa do Poder Executivo, o presente projeto aprova o Acordo para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Apa e ligação rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.

A Mensagem esclarece que a obra de arte foi incluída no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais com a finalidade de estimular o intercâmbio fronteiriço, o que contribuirá para o incremento das relações econômicas brasileiro-paraguaias, um dos parcos da Declaração dos Presidentes da América em Punta del Este.

Essa obra, com cerca de sessenta (60) metros de vão, unindo as cidades de Bela Vista — MT e Bela Vista, Paraguai, será construída pelo Governo Brasileiro. O Governo Paraguai construirá, em seu território, um ramal ligando a ponte à rodovia Concepción-Pedro Juan Caballero, de maneira que Assunção poderá ser conectada a Brasília através da ..... BR-080.

Podemos informar, ainda, que consta do orçamento plurianual, 1968-1970 (Lei nº 5.450, de 1968), Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ER-080 — Brasília-Bela Vista, uma dotação para construir a ponte sobre o Rio Apa.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comunicações, em 25 de junho de 1968. — Benedicto Vialdarez — Presidente. — Fernando Corrêa — Relator. — Arnon de Mello — Mem de Sa — Milton Campos — Ney Braga — Alcides de Carvalho — Menezes Pimentel — Filinto Mller.

Parecer nº 593, de 1968

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 34, de 1968 (nº 71-B-68, na Câmara), que aprova o acordo para Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado com a República do Paraguai em Assunção a 11 de dezembro de 1967.

Relator: Sr. Arnon de Mello.

1. De iniciativa do Poder Executivo, visa o presente projeto a aprova-

o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o rio Apa e ligação Rodoviária, assinado com a República Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.

2. O Governo do Brasil, pelo artigo II do Acordo, construir a referida obra de arte e a concreto armado entre Bela Vista (MT) e Bela Vista (Paraguai).

O Governo do Paraguai construirá (artigo III), por sua conta, o ramal rodoviário que unirá a ponte à rodovia Concepción-Pedro Juan Caballero, situado em seu território.

Para os efeitos de jurisdição sobre a ponte, considerar-se-á a obra de engenharia dividida em duas partes, por seu eixo transversal de simetria.

3. Esclarece o Ministro das Relações Exteriores que esse investimento "Representa um velho anseio, tanto do Governo do Estado de Mato Grosso, quanto da Administração paraguai".

Embora de proporções modestas 50 ou 60 metros de vão, a ponte sobre o rio Apa deverá transformar-se em um significativo fator de estímulo para o desenvolvimento de Mato Grosso, possibilitando, ainda maior integração do Brasil com o Paraguai, dentro do espírito da Declaração dos Presidentes da América, em Punta del Este.

4. Do ponto de vista da política de transportes, podemos informar que este serviço consta da relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação (Lei nº 4.003-33), porquanto há uma estrada com os seguintes pontos de passagem: BR-360-Brasília-Bela Vista (Paraguai).

Atm disso, o Senado aprovou, recentemente, o orçamento plurianual, 1968-1970 (Lei 5.450, de 1968), no qual foi incluída a referida construção da ponte sobre o rio Apa.

Com efeito, lê-se no preâmbulo do Ministério dos Transportes, DMLR, o seguinte:

BR-360-Brasília-Bela Vista — 1968 — 1969 — 1970.

Rio Verde-Jatui — 230.000 — .... 2.200.000;

EXEMPLAR ÚNICO

Jardim Bela Vista —  
Ponte sobre o Rio Apa.  
5. Diante do exposto, opinam:  
pela aprovação do presente projeto.  
Sala das Comissões, em 27 de ju-  
nho de 1968. — José Leite, Preside-  
nte — Arnon de Mello, Relator —  
Paulo Tórrès — João Cleofas — So-  
bastião Archer.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presiden-  
cia recebeu Relatório, encaminhado  
pelos Senadores Ney Braga, Leario  
Maciel e Aarão Steinbruch, sobre a  
viagem a Israel, para a qual foram  
designados pelo Senado.

O referido Relatório será publica-  
do no Diário do Congresso Nacional.

E' o seguinte o Relatório:

#### RELATÓRIO

Voltamos, há dias, de uma viagem  
empreendida a Israel, por designação  
do Senado e atendendo a convite do  
Governo daquele país.

Procuraremos narrar sucintamente  
o que de mais expressivo nos foi da-  
do observar nessa nossa visita e citar  
dados que colhemos.

Muitos conhecem a história de Is-  
rael, sua geografia e as lutas de seu  
povo nos milênios de sua vida. Mas  
sem lembrar rapidamente seus tra-  
ços mais fortes, talvez não se sintam  
nas devidas proporções, o milagre do  
Israel atual.

Israel de hoje é o produto de um  
sonho que os judeus sustentaram du-  
rante os dois mil anos em que foram  
povo sem um país.

No período compreendido entre a  
destruição do segundo Templo de Je-  
rusalém, no ano 70 de nossa era, até  
recentemente, os judeus concluíram as  
suas principais preces com a expres-  
são: "No ano que vem em Jerusa-  
lém". David, o grande rei judeu, foi  
quem chamou Jerusalém de Sion. E  
a capital de seu reino também veio  
receber o Grande Templo. Jerusalém  
é para os judeus também a Casa de  
Deus.

O sionismo místico-religioso, sonho  
do retorno a Jerusalém e a Israel, só  
se transformou num movimento polí-  
tico em meados do século passado  
quando, em consequência da Revolu-  
ção Francesa e das guerras napoleô-  
nicas, a Europa foi sacudida pelo mo-  
vimento do qual resultou o apareci-  
mento de novas nações.

A Revolução Francesa concedeu ao  
povo judeu, o direito de cidadania.  
Essa emancipação, porém, apenas se  
refletiu sobre os judeus que viviam  
na Europa Ocidental. Nos países da  
Europa Oriental, sob o domínio dos  
czares russos, os judeus permanece-  
ram sem direitos políticos e civis até  
a revolução comunista de outubro. E  
em alguns países europeus, três déci-  
tos ainda não lhes haviam sido con-  
cedidos até o início da Segunda Guer-  
ra Mundial.

Nos países da Europa Ocidental, em  
que ocorreu emancipação, as grandes  
maiorias judaicas se integraram nos  
respectivos países em que habitavam.  
Uns poucos dentre eles, porém, influ-  
enciados pelas idéias nacionalistas da  
época, pensaram na criação do esta-  
do judeu.

Mas foi nos países da Europa Ori-  
ental que a idéia passou a ter os  
adeptos mais fervorosos. Desprovidos  
de direitos, submetidos às mais ter-  
ríveis humilhações diárias, grande  
número desses judeus se esforçavam  
para emigrar para os países livres das  
Américas.

Alguns de seus mais destacados in-  
tellectuais, porém, pregavam a neces-  
sidade de uma nação própria. A  
grande maioria dos judeus que emi-  
graram para a Palestina nos primei-  
ros dias do renascimento do Estado de  
Israel foi constituída de elementos  
advindos da Rússia, Polónia e outros  
países da Europa Oriental. Entre eles  
encontravam-se homens como David

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Ben Gurion, Levi Eshkol e outros,  
ainda hoje os principais dirigentes do  
país.

Foi um judeu austriaco no entan-  
to, quem equacionou e formulou com  
maior clareza a idéia política do re-  
torno a Israel. Theodor Herzl, jor-  
nalista de Viena, incumbido de fazer  
a cobertura do processo Dreyfus, na  
França, redescobriu a existência do  
anti-semitismo e passou a dedicar a  
sua vida ao objetivo do restabeleci-  
mento do Lar Nacional.

O primeiro grande documento cria-  
dor de Israel foi o Livro "O Estado  
Judeu", de Theodor Herzl. Anos  
depois, sob a pressão de organizações  
políticas judaicas e de interesses pró-  
prios na área, os ingleses emitiram a  
Declaração Balfour. Os judeus passa-  
ram a emigrar em grande escala para  
a Palestina. No país de seus antepa-  
sados inventaram novas organizações  
de trabalho como o "Kibutz" e o  
"Moshav", das quais ainda falarei.  
Criaram a Universidade Hebraica de  
Jerusalém, institutos científicos e a  
Confederação Geral do Trabalho —  
Histadruth — que, em conjunto, con-  
tribuíram de forma decisiva para mo-  
dernização da área e a sua transfor-  
mação no estado-modelo que é hoje.

Pouco antes da Segunda Guerra  
Mundial, os ingleses praticamente  
proibiram a imigração de judeus para  
a Palestina. Mesmo com as restrições,  
a emigração continuou se realizando,  
afrontando perigos e perseguições, co-  
mo foi o caso do navio "Exodus", que  
depois foi romaneado.

Os judeus palestinos, apesar de tu-  
do, alistaram-se em massa no exér-  
cito inglês para lutar contra os na-  
zistas. Mas ao fim da guerra, ao se  
confirmarem os rumos do massacre de  
seus irmãos na Europa dominada por  
Hitler, tomaram de armas para con-  
quistarem a independência da Pale-  
stina judaica. E nessa luta, tiveram  
os simpatizantes do mundo, horrorizado  
com os crimes cometidos pelo nazi-  
smo.

Os ingleses, preferiram tentar pre-  
servar a Palestina, enquanto os ára-  
bes, por outro lado, também pressio-  
naram no sentido de que não fosse  
criado o Estado Judeu.

Não encontrando, entretanto, uma  
fórmula satisfatória a árabes e ju-  
deus, que pudesse resolver o queco,  
os ingleses devolveram a Palestina às  
Nações Unidas, comprometendo-se a  
deixar o país em 1948.

Em 1947, as Nações Unidas, sob a  
Presidência de Oswaldo Aranha, apro-  
varam a partilha da Palestina em  
uma parte árabe e outra judia. Os  
árabes não aceitaram a solução. E em  
maio de 1948, no mesmo dia em que  
os ingleses abandonaram o país, os  
exércitos árabes invadiram a Pale-  
stina ocupada pelos judeus, na primei-  
ra de uma série de guerras.

A criação do "Estado de Israel" foi  
a única instância na vida das Nações  
Unidas, em que os americanos e rus-  
sos votaram no mesmo sentido. E os  
Estados Unidos e a União Soviética  
foram os primeiros dos países a re-  
conhecerem a existência do novo Es-  
tado.

Foi em 1948 que teve início o dra-  
ma, que se desenrola até hoje e que

envolve não apenas árabes e judeus,  
mas também as grandes potências.

O apoio russo ao novo estado Ju-  
deu inspirou-se, certamente, na ex-  
pectativa de que, sendo a sua lide-  
rança majoritariamente judia-russa,  
e com os ingleses apoiando os ára-  
bes, o novo país se inclinaria pela  
União Soviética.

Mas o novo Estado Judeu surgiu  
sob o signo da democracia parla-  
mentar, do estilo inglês e sob a in-  
spiração de velhas leis e tradições  
biblicas. Não poderia jamais se de-  
ixar dominar pelo marxismo leninista-  
stalinista, em que a religião, como  
dissera Lenine, "era o ópio do povo",  
o inimigo do regime comunista. In-  
clinando-se pelo Ocidente, o novo  
Estado de Israel teve a antipatia de  
Moscou.

Após a guerra de 1948, os países  
árabes concordaram com um armis-  
tício, que jamais foi transformado  
em paz.

A situação nas fronteiras tornou-se  
difícil, mais tensa a cada ano que  
passava. A partir de 1955, era insus-  
tentável, pois nessa época, em face  
da questão da repressão de Assuã, o  
Egito virou-se para a União Sovié-  
tica, dela recebendo o financiamento  
desejado e o armamento requerido.  
Ao mesmo tempo, o Presidente Nas-  
ser nacionalizava o Canal de Suez,  
fechando a sua passagem para na-  
vios que transportassem carga para  
Israel.

Desta forma, restou ao Estado Ju-  
deu uma única saída marítima atra-  
vés do Mediterrâneo. Ficaram cor-  
tadas todas as suas possibilidades de  
comércio com o Extremo Oriente e  
com o Sul da África.

A guerra do Sinai, de 1956, foi a  
segunda grande batalha entre árabes  
e judeus. Israel foi à guerra para  
abrir um caminho marítimo até o  
Índico e forçar os Egípcios a permi-  
tir a sua passagem pelos estreitos de  
Suez-el-Sheik (Mar Vermelho).

Após ocupar o Sinai por nova me-  
ta, Israel dali se retirou sob as  
pressões russa e americana. Forçar  
essa retirada foi uma ação mundial-  
mente justificável. Parecia  
evidente, então, que os egípcios res-  
peitariam os termos do acordo, pelo  
qual os israelenses concordaram na  
retirada-garantida de passagem pelas  
vias internacionais do Suez e do  
Mar Vermelho (Sharm-el-Sheik); ga-  
rantia de que seriam suspensas as  
atividades dos guerrilheiros e terro-  
ristas que agiam de Gaza contra  
Israel; possibilidades de negociações  
de paz entre os países da área.

Mas se do ponto de vista moral a  
ação se justificava, do ponto de  
vista dos interesses ocidentais ela é  
discutível. Na verdade, o que ocor-  
reu depois é de todos conhecido: a  
penetração russa no Mediterrâneo  
tornou-se mais profunda. Enquanto  
isso, o Egito não abriu Suez aos  
navios de Israel.

Se para o mundo a solução do con-  
flito árabe-judeu é uma questão mo-  
ral — pois envolve dois povos, aos  
quais tanto devemos de nossa civili-  
zação e que, como os demais, mere-  
cem viver em paz para o mundo  
ocidental a penetração soviética no  
Oriente Médio se constitui em um

dos mais sérios problemas de sua  
segurança e à continuidade de sua  
civilização.

O conflito de junho do ano pas-  
sado ainda não foi perfeitamente  
explicado. É muito provável que a  
verdade de suas origens só venha a  
ser conhecida daqui a dezenas de  
anos. Mas éle ocorreu talvez sem que  
nenhum dos povos dos dois lados o  
desejasse ou tivesse a intenção de  
se lançar a guerra. O que serve de  
vivo exemplo dos perigos que repre-  
sentam os mal-entendidos do mundo  
de hoje, o mundo que tem a sua  
disposição as terríveis últimas armas,  
as bombas nucleares.

Somos daqueles que estão conven-  
cidos que Israel foi à luta pela sua  
sobrevivência física. O país estava  
cercado de todos os lados.

Na exiguidade de seu território de  
pouco mais de 20 mil quilômetros  
quadrados, menor do que o Sergipe,  
difícilmente poderia sobreviver a um  
primeiro ataque decisivo do inimigo.

Mas é muito curioso que Nasser  
tenha comandado seus exércitos a  
seguir para as fronteiras com Israel,  
afastando as forças das Nações Uni-  
das ali estacionadas desde 1957 para  
separar ambos os países e garantir a  
livre passagem pelo Suez, em vir-  
tude de informação recebida de Mos-  
cou de que os israelenses se prepara-  
vam para atacar a Síria.

Israel informa que o Governo lo-  
cal procurou o Embaixador Sovié-  
tico Chuvakin para convidá-lo a  
pessoalmente, verificar a improce-  
dência dos rumores sobre a concen-  
tração de tropas nas fronteiras com  
a Síria. A resposta do diplomata  
russo, segundo essa informação, foi  
a de que não precisava ver, pois que  
acreditava no que dizia seu governo  
em Moscou.

O que aconteceu foi uma decor-  
rência natural do fechamento da  
passagem para o Mar Vermelho e  
das promessas do líder egípcio de  
que chegara a hora da destruição  
de Israel. E hoje os israelenses con-  
trolam quatro vezes mais território  
do que antes da guerra.

E pela primeira vez nos últimos  
dois mil anos, desde que foram ex-  
pulsos de Israel pelos romanos, con-  
trolam toda a Cidade de Jerusalém,  
Capital de David.

Com a ocupação das novas terras,  
Israel também assumiu o controle de  
uma população árabe de cerca de  
um milhão de almas, tendo agora,  
sob a sua administração, cerca de  
um milhão e trezentos mil árabes.

Percorremos parte dos territórios  
ocupados, assim como vimos parte  
do material de guerra apreendido  
pelos israelenses em junho passado.

Confrontando a Galiléia e todo o  
lago dos Tiberíades, ou Mar da Ga-  
liléia, estão as elevações do Golan.  
Ali, acima dos israelenses, domi-  
nando os vales em baixo, estavam  
os sírios. A situação, nessas fron-  
teiras, era realmente difícil.

Podemos dizer que a operação de  
conquista das elevações de Golan pe-  
los israelenses transformou-se, desde  
já, num episódio clássico. Tão for-  
tificadas quanto as famosas Linhas  
Maginot e Siegfreg na última grande  
guerra, elas foram tomadas de as-  
salto, em pouco mais de 24 horas.

Os sírios, além do mais, tinham  
domínio de parte das origens do Rio  
Jordão, o Rio da Vida para Israel,  
que poderiam desviar. Sem as águas  
desse rio, o Estado de Israel não po-  
deria sobreviver um só dia. Agora,  
tais fontes estão em mãos dos israe-  
lenses.

Para se ter idéia do valor dessa  
conquista, transmitimos aqui uma  
informação que obtivemos: havia um  
projeto de pesquisa, em Israel, para  
a dessalinização da água do mar.  
Apesar de elevado vulto do empreen-  
dimento, a grande prioridade obri-  
gava a sua execução imediata.

Controlando, agora, a parte supe-  
rior do Rio Jordão, esse projeto foi

relegado a um grau secundário de prioridade, aguardando que outros países também interessados, participem simultaneamente da pesquisa.

Antes de junho de 1967, o Jordão servia de fronteira entre Israel e a Jordânia apenas num pequeno trecho.

Na maior extensão da fronteira, apenas uma linha imaginária separava os dois países.

Nada havia, separando Gaza de Israel, além de umas cercas de arame farpado em alguns trechos, cu o sinal, em cartazes amarelos, dizendo: "Cuidado, fronteira à frente". Nas novas posições ocupadas depois de junho, Israel tem as melhores possibilidades de defesa de sua curta história de vinte anos.

Ao que nos parece, se de um lado é verdade que a ocupação de tais territórios é uma pesada responsabilidade para os seus exércitos, por outro lado a sua defesa, do ponto de vista militar é mais simples do que nas posições que tinha antes da guerra de junho. O Jordão o separa da Jordânia. As elevações do Golan estão em suas mãos, constituindo-se em obstáculo na direção da Síria. E entre Israel e o Egito encontra-se o deserto de Sinai, para não falar de Suez.

Os israelenses parecem estar dispostos e decididos a conversar sobre todos os problemas que os separam dos árabes, a exceção da independência de Israel, tanto que as nações árabes concordem, de início em se sentarem com eles à mesa negociadora.

Mais do que nunca, tudo faz crer que o país quer a paz com o seu vizinho.

E se examinarmos quais seriam as vantagens decorrentes de uma paz para Israel, só poderemos acreditar que ele é sincero nas suas ambições em tal sentido.

O mais avançado país da área, sob todos os pontos de vista, se Israel realizasse a paz com os árabes, com eles normalizando as suas relações, disporia, para começar e logo à porta, de um imenso mercado em potencial de sessenta milhões de indivíduos. Com a paz, suspensas as atividades da Comissão de Boicote da Liga Árabe, Israel teria acesso a outros mercados de influência mediterrânea, como o Paquistão e a Índia. O país ampliaria a sua presença política e diplomática através do mundo. E com a paz, haveria uma mais intensa migração de judeus para Israel.

Outras vantagens podem ser citadas. Antes, as Forças Armadas de Israel custam ao país 60 mil dólares por hora ou cerca de 600 milhões de dólares por ano. Os seis dias de guerra, em junho passado, custaram a Israel cerca de um bilhão de dólares.

Com a paz e liberando-se do apêndice de tais recursos para investimentos, o país teria uma expansão econômica ainda mais acentuada.

A continuação do atual estado de beligerância implica não só nas consequências psicológicas do estado de guerra sobre a própria população, nas despesas militares, como também na responsabilidade direta sobre uma população árabe que, em breve, em virtude de sua maior taxa de crescimento, poderá ser maior que a judaica no Estado Judeu.

E enquanto a paz não chega, árabes e judeus se continuam armando para a eventualidade de um novo conflito.

Nos últimos quinze anos, segundo uma fonte tão autorizada quanto a revista tunisiana "Jeune Afrique", as nações árabes dispenderam vários bilhões de dólares em armamentos, que de nada lhes serviram em seus embates com Israel. As populações árabes continuam com rendas "per

capita" muito baixas e com uma taxa de crescimento demográfico que é das mais altas.

Evidentemente, uma paz entre árabes e israelenses também seria conveniente aos primeiros. A resistência técnica praticada por Israel à cédula de oitenta países, o Brasil inclusive, só tem revelado mais do que efetiva. Uma estreita cooperação entre árabes e israelenses poderia, com certeza, resultar num rápido e marcante desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Ao que compreendemos, há governos árabes que veem a existência de Israel como uma agressão. E para eles, quando falam em eliminar as consequências da agressão, querem mesmo dizer eliminar Israel. Esta atitude se para uma parece compreensível, é, entretanto, pouco lógica. Nas guerras modernas, o número de soldados não é tão importante.

Os árabes são corajosos e imaginativos. E sempre foram magníficos guerreiros. Mas, é sabido que, em termos tecnológicos, estão atrasados em relação aos israelenses.

Alega-se que o recurso à guerra de guerrilhas pode fazer desaparecer uma tal diferença. Cita-se, como exemplo o Vietcong, que está enfrentando os soldados americanos.

Mas Israel não é o Vietnã. A geografia física da área não favorece a guerrilha. Há margem para atividades do tipo terrorista, o que vem acontecendo aliás. Mas estas não bastam para derrotar um exército e, muito menos, para desmoralizar uma população que foi preparada para o sofrimento durante dois mil anos e que escolheu Israel como pátria para nela viver ou morrer.

Além do mais, as populações dos territórios ocupados, ao que me consta, não tendem a cooperar com guerrilheiros ou terroristas. Ao fim de um ano de ocupação israelense e com plena liberdade de movimentos por todo o território de Israel, os árabes das áreas ocupadas parecem ter compreendido que uma nova guerra também a na levará a não ser a mais sofrimento para todos.

Os dirigentes árabes parecem estar convictos de que, pela força nada mesmo poderão obter a curto ou médio prazo. Mas os erros passados sempre são poderosas cadelas, dos quais os homens não conseguem escapar.

Mais do que ninguém os russos conhecem a situação das forças da região.

A experiência histórica mostra que os russos em momento algum perderam a sua objetividade e realismo, quando se trata de seu interesse. Eles recusaram em Berlim e na Alemanha Ocidental. E até agora evitaram um envolvimento direto na guerra do Vietnã, preferindo ajudar o Vietnã do Norte com armas, exatamente para não correrem o risco de um confronto direto com os Estados Unidos.

Na guerra de seis dias, segundo me informaram em Israel, os russos perderam dois bilhões de dólares nos armamentos capturados pelos israelenses aos egípcios. O seu apoio ao Egito lhes está custando caro. Mas, até agora, o preço que estão pagando lhes parece barato em vista do que estão conseguindo.

Basta olhar o mapa do Oriente Médio para compreender a importância estratégica da região. Ela foi, na história a passagem obrigatória de todos os conquistadores, pois é uma ponte entre três continentes. Toda grande potência, que tiver o controle do Oriente Médio, terá um péso decisivo nos assuntos da África e da Ásia. E, com certeza, nos da Europa.

Dominando o Oriente Médio e com bases no Mediterrâneo os russos passarão a ter o controle das principais fontes de petróleo da Europa, assegurando-se de sua profunda presen-

ça no norte da África e, possivelmente, no resto do continente negro. E parece ser o que pretendem. Sua intenção é ganhar a guerra política-moral, para depois de sua vitória, fazer o balanço do poder passar para o seu lado.

A perspectiva russa no Oriente Médio ainda é recente. E os seus passos na região são dados com a maior precaução para não provocarem, desde logo, também os milhões de muçulmanos ortodoxos, que vem no comunismo o seu grande inimigo.

A situação atual é tensa. E é perigosa no ambiente explosivo do Oriente Médio, em que os ódios podem se acentuar com a paisagem dos dias. O ódio, não preciso dizer, é péssimo conselheiro. Sob a pressão do mesmo, uma nova guerra pode acontecer. E não exageramos ao afirmar que o que ocorre no Oriente Médio tem implicações sobre o bem estar e a paz mundial.

A exposição que fazemos corresponde a pontos de vista que recolhemos. Os israelenses não descontam a possibilidade de que, pelo recrudescimento das atividades terroristas e as consequências represálias de Israel, as fronteiras se esquentem a um ponto insuportável por ambos os lados. E um novo conflito disso resulte sem que ninguém o deseje.

Como membro do Conselho de Segurança, é lógico que o Brasil está informado o melhor possível de tal situação e dos meios e maneiras pelas quais possa influir para que as tensões se reduzam e sejam criadas as condições de paz.

Como país membro das Nações Unidas, é nossa responsabilidade lutar para que se cumpra a Carta e haja a paz.

Pela nossa segurança, é essencial que haja a paz.

Pelo nosso desenvolvimento, é mais do que importante que haja um tal entendimento, pois que enquanto estiverem envolvidas em lutas e conflitos, direta ou indiretamente, as grandes nações só poderão reduzir o auxílio econômico de que carece o mundo em desenvolvimento, o que aliás está acontecendo.

Representado em todas as capitais árabes e em boas relações com israel-país que de certa forma, surgiu com a contribuição direta de um brasileiro e da política externa do Brasil, temos aí uma oportunidade única de prestar um grande serviço à humanidade, uma oportunidade que por certo não perduremos.

Não tendo interesses diretos na área, tornamos os nossos olhos e ouvidos, e a consciência de árabes e israel, a contribuir para o nosso bem-estar.

Contatamos para tanto, com a capacidade que é bem conhecida do brasileiro. Tornamos-nos testemunha do trabalho, do bom senso e da ótima representação que o Brasil possui no exterior. Por onde passamos, encontramos homens do Itamaraty atuando condignamente, conselhos de suas responsabilidades, elevando o nome do nosso país. Sabemos que isto não constitui novidade, mas, por um dever de justiça, não poderíamos deixar de registrá-lo.

Mas, enquanto nada se decide, as contendas não param e até hoje, de certa forma, prosseguem. Impressionam muito em Israel, principalmente na estrada que via de Tel Aviv e Jerusalém, os carros de combates incendiários e que, à margem da rodovia, permanecem como símbolo da luta pela liberdade.

Como é impressionante também ver-se que, apesar das fronteiras hostis, apesar de encontrarmos todos os dias carros e mais carros de combate circulando, cheios de joveis, pelas estradas recém-asfaltadas, apesar de todas as famílias terem filhos que a qualquer instante podem sucumbir num golpe armado frontalmente, ape-

sar de tudo isso, é admirável sentir-se ao povo de Israel com uma fé extraordinária no futuro.

O fato de ser uma população minoritária inteiramente — em 1914, início da primeira Guerra Mundial, só existiam 85.000 judeus na Palestina — a fé de seu povo, a perseverança, a dedicação e a dedicação que existe em suas regiões, o militarismo de suas, que vem desde o período bíblico até os tempos das Cruzadas, todos uniu o povo judeu que criou as suas tradições e não se deixa do passado sacrifício de seus ancestrais. Não. E é dá ao nosso sofrido o seu real valor e dele tira estímulos e exemplos, que originaram nele um extraordinário espírito fraterno de ajuda mútua, marca definida do tipo de colonização da terra israelense.

História marcada pelo sofrimento e pelo valor espiritual, respeito à tradição, tenacidade, espírito de ajuda mútua e coragem, deram aos judeus o Estado de Israel independentemente e seu progresso, disse Ben Gurion, se deve ao espírito pioneiro dos imigrantes, à juventude do país, ao sentimento e à ajuda dos judeus de todo o mundo e ao poder da ciência e da técnica.

O espírito pioneiro do imigrante fez, na ocupação de Israel, algo diferente. Colonizou de modo "sui generis", mas lembrou-se que "se há na vida de um povo algo que muito antigo, profundo, que possui a qualidade de educar o homem e fortificá-lo frente aos acontecimentos que o esperam, não se pode dizer que é revolucionário ignorá-lo" e por isso a para das medidas revolucionárias, lembrou-se do respeito devido à dignidade do homem, dos princípios de liberdade e justiça, inseridos em sua declaração de Independência.

É realmente significativo o que consta nessa declaração, quando afirma que "O Estado de Israel estará aberto à imigração judaica de todos os países, promoverá o desenvolvimento do país para benefício de todos os seus habitantes e estará baseada nos princípios de liberdade, justiça e paz, à luz dos ensinamentos dos profetas hebreus; manterá uma completa igualdade social e política de direitos para todos os seus cidadãos sem distinção de credo, raça ou sexo, e garantirá a liberdade de culto, consciência, idioma, ensino e cultura; salvaguardará os lugares santos de todas as religiões e será fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas".

Mais do que em qualquer outro país, o respeito e a compreensão são em favor do cumprimento de suas promessas.

Governo e povo estão unidos e a obra do Estado de Israel avança. Independentemente, as estruturas que deram a Israel o seu atual desenvolvimento não serviram para outras coisas, estes condições não foram melhoradas. Mas é preciso reconhecer que a liberdade e o espírito prático dos diferentes israelenses conseguiram cumprir um quadro estrutural novo que propiciou o enorme progresso social e econômico que li vimos.

Em vinte anos de independência, com uma população pouco superior a dois e meio milhões de habitantes, com um território pequeno, equivalente a cinco vezes a restrita área de Brasília, e menor que a área correspondente à décima parte do Estado de Paraná, cercado por nações que lhe são hostis; com poucos recursos naturais de significação; sem água suficiente, em Israel ocorrem milagres e hoje em dia existem nasceres de água tão elevados quanto as montanhas na maioria dos países europeus. E tudo se realizou com uma única palavra — a unidade de quem tinha pouco tempo para firmar-se — sem a democracia de ideologias salvadoras, sem anjos totipotentes, num contexto, democrático que, em momento ne-

hum foi ferido em sua substância. Pomos a Israel para ver. Vimos e aprendemos muito.

Vimos e sentimos um país em desenvolvimento. Quase não se percebe que há poucos meses esteve em guerra.

Analisemos, com homens de seu Governo, as raízes desse desenvolvimento, que tem a impulsão em parte a contribuição da ajuda externa mas, principalmente, o trabalho dos que lá chegaram com sua bagagem de conhecimentos técnicos e científicos de extraordinário valor, com vontade de vencer e fé nesta vitória.

Só, a ajuda financeira ou técnica jamais bastou para o desenvolvimento de qualquer país. Elas podem contribuir para a solução de alguns problemas. Não são, porém, jamais suficientes para realizar o desenvolvimento econômico ou o progresso social.

A base do desenvolvimento de Israel foi a fé, a coragem, o arrojo de sua gente. Com suas fronteiras ameaçadas, nunca esmoreceu no trabalho. Ouvindo o espoucar dos instrumentos bélicos e sem descurar-se de sua defesa e de sua segurança, nunca pararam, como hoje não estão parados, em sua gigantesca obra de construção.

Israel recebeu imigrantes do mais alto nível intelectual e grande ajuda econômica financeira externa. Mas também recebeu imigrantes não apenas analfabetos, como ignorantes de todo o progresso humano havido nos últimos dois mil anos.

Em poucos anos, o Estado de Israel teve a sua população triplicada. Grande parte chegou sem recursos materiais e uma parcela relativamente ponderável, sem preparo cultural. De 1948 a 1951, foram recebidos quase setecentos mil emigrantes, e, nos anos seguintes até hoje, com pequenas variações que resultam em média anual de aproximadamente sessenta mil. Ainda hoje, apenas trinta e cinco por cento da população existente é de cidadãos natos.

O direito que têm, todos os judeus, de qualquer procedência, de estabelecer-se em Israel, deu ao Estado esse dever de receber a todos, o que foi regulado em 1950, pela Lei do Retorno.

Tornar possível naquele território a vida de todos esses emigrantes é algo de gigantesco. Foi preciso provê-los com trabalho, para que pudessem viver com dignidade, com moradia, com assistência social; foi necessário alfabetizar os adultos e dar escolas aos jovens. Tornou-se urgente produzir alimentos e encontrar meios de distribuí-los com eficiência, a fim de evitar que os seus preços se elevassem acima das possibilidades materiais da população em geral e dos novos emigrantes em particular.

Tais tarefas seriam consideradas enormes, mesmo pelos países desenvolvidos. Israel foi obrigado a cumprir-las nas condições de um Estado que se formava após uma guerra, de terras que há centenas de anos já não eram férteis, de uma região onde uma pequena chuva é uma bênção maior. E o fez com sucesso.

A análise do problema do seu solo, da dificuldade de água sob a influência também do fluxo de emigração, das tradições, das condições de fronteira, é necessária para compreendermos sua colonização.

Quanto ao solo e o trabalho para seu melhoramento, observamos a ação do governo e do povo israelense.

Israel tinha, antes da Guerra dos Seis Dias, vinte mil e oitocentos quilômetros quadrados, zona semi-árida, com metade de sua superfície desértica.

A faixa litorânea, as montanhas e colinas, como também os seus vales, obrigaram em grande parte trabalhos de drenagem, cuidados contra a erosão e irrigação em várias regiões. O deserto do Neguev, com mais de 10.000 Km<sup>2</sup>, tem condições físicas e

clima características de um deserto árido e sem esperança.

Os trabalhos referentes à proteção do solo são profundamente estudados e executados. Os séculos passados de descaso, as guerras, o fogo, o pastoreio descontrolado, modificaram o panorama da Canaã e, quando começou o ressurgimento hebreu do país, a sua vegetação estava arrasada e seu solo erodido.

Em 1939, um técnico proclamou, ante esses perigos, o que chamou de um célebre mandamento: "Tu conservarás a herança da terra santa escrupulosamente, guardando seus recursos e produtividade de geração em geração; salvaguardarás seus campos da croação do solo e tuas águas da seca; tuas bosques da desoluição e protegerás tuas colinas do excessivo pastoreio do gado, para que tuas descendentes possam viver na abundância para sempre. Se não cumprires esses preceitos, teus campos férteis se converterão em terras estéréis ou barrenças áridas, e tuas descendentes minguardo e viverão consumidos na indigência ou perecerão para desaparecer da face da terra".

Com a proclamação do Estado, o técnico da Guerra da Independência e a imigração em massa que duplicou o número de habitantes em apenas três anos, impuseram um elemento novo de produção de alimentos.

O melhoramento das terras em escala acelerada foi facilitado pela ação de drenagem de pântanos, cuja maior zona foi a do Vale do Hule, cerca de 60 km<sup>2</sup> de excelente terra.

O Fundo Nacional Judeu, em 1960, foi designado agente nacional exclusivo para o melhoramento do solo.

Três fatores se uniram para tornar mais eficiente e rápido o trabalho no solo israelita: a ciência, a tecnologia e o espírito pioneiro do povo. Os homens da ciência fizeram pesquisas com amostras de solo de todas as regiões de Israel e o classificaram segundo sua melhor finalidade. Assim, uns se mostraram mais apropriados para a pecuária, outros para hortas, laranjais, lavouras diversas, onde deveria haver reflorestamento e assim por diante. Houve ainda investigações profundas sobre fertilizantes.

Como resultado de seus estudos, foram impartados 5.000 variedades de plantas para serem introduzidas na agricultura de Israel, além de gado europeu.

Como complemento aos estudos científicos a técnica era aprimorada com a ida ao campo e as explicações diretas dos homens de laboratório aos agricultores sobre o resultado dos ensaios e a melhor forma de se conseguir maior produtividade.

Assim, aos poucos, as zonas montanhosas tiveram seu solo melhorado com o terraceamento. As dunas do litoral tiveram seus movimentos detidos, na ameaça de cobrir os campos, por plantações de árvores, que hoje se vê em quase toda a extensão costeira.

O Deserto de Neguev, por plantações de árvores e por pastos perenes, ou ainda, por outras ações técnicas, retrocedeu 65 km.

Vários tipos de árvores, como o eucalipto, a acácia, o pinho em algumas variedades, os ciprestes e outros, foram aplicados no reflorestamento. Foi grande a conquista até hoje e nós podemos observar, na recuperação do solo, que a cor verde já predomina em grande parte do território israelense.

As faixas existentes, brancas ou amareladas, servem de termo de comparação do que foi e do que é o solo de Israel.

O Fundo tem para os próximos anos, planos para o melhoramento de 100.000 hectares — a maior parte nas regiões montanhosas — e a plantação de cerca de 100 milhões de árvores frutíferas, prioritariamente nas zonas fronteiriças, porque elas devem ser firmadas por uma densa população e uma sólida economia.

Continua, assim, Israel melhorando o seu solo e conquistando o deserto. É importante observar-se que, em todos os projetos de melhoramento da terra, ou em qualquer outro de desenvolvimento, a construção de estradas frequentemente precede outras atividades.

O problema da água em Israel é assunto fundamental em seus estudos, em suas preocupações e aparecem em quase todas as palestras. Aproveitam-se os rios, o Jordão em particular, sendo conhecidas as discussões que houve com países vizinhos sobre o desvio de suas águas. Capta-se a água dos lagos. Aproveita-se a precipitação pluvial. Perfuram-se poços. Constroem-se obras extensíssimas de aquedutos, indo um deles da Galiléia ao Neguev. Bóbea-se água de terras baixas para terras altas. Recuperam-se as águas residuais. Elabora-se o orçamento de distribuição de águas.

No afã de buscar água os investigadores israelenses, no Instituto Weizmann, na Escola Politécnica de Haifa e no Instituto de Investigações de Regiões Áridas de Beersheba se dedicaram a pesquisar um método econômico para dessalinizar a água do mar e as águas salobras do subsolo. Em 1964, o Presidente Lyndon Johnson e o Chefe do Governo Levi Eshkol convencionaram estabelecer uma empresa conjunta dos países, com a finalidade de dessalinizar a água do mar em condições mais econômicas e que proibiria simultaneamente, água potável e energia elétrica provida de energia nuclear. Conforme já frisai, porém, esses planos que constituíam metas de altíssima prioridade, tiveram no momento seus prazos de estudos ampliados após junho do ano passado, devido à conquista do Rio Jordão, minorando as agruras no país por falta de líquido.

Esse esforço conjunto dá condições para melhor produção agrícola, possibilita a instalação de indústrias, pois elas não são possíveis sem água — abastecendo cidades que surgem, crescem e se multiplicam.

A luta que enfrentavam os primeiros colonizadores contra as dificuldades mais variadas, obrigava-os a intensificar ainda mais aquele espírito de ajuda mútua que já traziam pela sua tradição, e eram levados a uma cooperação cada vez mais intensa, sendo derrotados aqueles que assim não entendiam. A aridez do solo, os ataques, tudo enfim impunha a união para a sobrevivência. Não cremos que a colonização e as várias estruturas de Israel tenham sido influenciadas por fundamentos ideológicos.

Tudo lá nasceu de condições espirituais que já frisamos, de meios que já enunciamos, de uma tenacidade admirável e de invejável espírito prático para a solução dos problemas. Por isso tudo Israel organizou-se exemplarmente no sistema cooperativo. Preuss tinha razão em dizer: "É preciso frisar que o movimento cooperativista na Palestina não seguiu em princípio nenhuma teoria socialista, anarquista ou qualquer outra pré-concebida, mas que surgiu, principalmente, das condições nacionais e sociais do esforço realizado no próprio país, e da condição espiritual dos emigrados, a maioria dos quais não se teria enraizado no país a não ser por esse movimento".

É preciso assinalar-se que o Fundo Nacional Judeu, criado em 1901, deu uma nova fase à história da Colonização, quando começou seus trabalhos práticos em 1905. Daí para cá, vimos a compra de terrenos pelo Fundo e pelo Governo, facilitando a colonização.

A colonização foi feita fundamentada na organização cooperativa e, assim, a maior parte da agricultura e grande parte da indústria e dos serviços são realizados dentro desse sistema.

No campo, existem tipos distintos de movimentos cooperativos.

O Kibutz é o mais famoso deles, embora não seja o mais aceito pelos emigrantes de após 1968. Existem cerca de 230, com uma população total de 82.000 pessoas.

A experiência Kibutziana, pensamos, não serviria ao Brasil. Ela surgiu da necessidade do esforço coletivo para a produção, da defesa contra ambiente hostil em que se formou o país e com formação espiritual apta a aceitar aquele tipo de vida.

O Kibutz é uma comunidade agrícola.

Um grupo de homens e mulheres junta-se, recebe por aluguel um pedaço de terra. Constroem então uma pequena vila de vivendas, um restaurante coletivo, casas de crianças, escolas. O trabalho é coletivo. Cada um é usado segundo as suas possibilidades. A divisão do produto é feita com absoluta igualdade. De cada um, exige-se o que pode dar a sua capacidade e para cada um se dá o que pode a sua necessidade.

Mas todas as decisões, desde a distribuição de tarefas à divisão do produto, são tomadas democraticamente, em assembleia geral.

É essa assembleia geral que decide se deve ou não aceitar um novo membro. Ela elige o governo local do Kibutz. E cada membro do Kibutz, homem ou mulher, conta com um voto nas decisões.

A produtividade do Kibutz é a mais elevada entre as cooperativas agrícolas. E isto porque trabalha em grandes unidades de terra, onde pode utilizar as mais modernas máquinas e implementos.

Os seus membros passam por escolas de especialização. O homem que cuida dos currais ou do galinheiro, o homem que cuida da contabilidade ou da distribuição diária do trabalho é um especialista.

Não há Kibutz sem biblioteca, sem auditório para debates, concertos ou teatros, sem uma ativa vida cultural. Não existe propriedade particular, a não ser alguns bens pessoais.

Para ingressar no Kibutz, nada se paga e ao se desligar, nada se recebe, além dos pertences pessoais e, em alguns casos, uma pequena soma para os primeiros tempos fora dele.

O objetivo do Kibutz é organizar e desenvolver a condição econômica de seus membros, de acordo com os princípios cooperativos, desenvolver a fazenda coletiva na agricultura, na indústria e em outras atividades culturais, sociais e assistenciais. Pode ser dissolvido conforme fixarem os seus Estatutos. A mulher tem o trabalho normal para o qual é capacitada. Inicialmente, eram iguais aos homens, no que diz respeito ao trabalho. Geralmente, elas não executam trabalho pesado. Em tarefas normais, porém, não há diferença entre homem e mulher, como por exemplo, na cozinha, na jardinagem, no restaurante, no trato de aves, em atividades fabris etc. Nota-se perfeitamente, entretanto, que aos poucos as mulheres estão tendo as suas ocupações mais afeitas às suas capacidades, como ocorre com professoras e enfermeiras.

A nossa observação pessoal:

Os Kibutz são verdadeiros jardins. Integram-se perfeitamente dentro do espírito nacional.

No setor de obras internas, têm certa autonomia, funcionando quase como uma verdadeira Prefeitura. Para a comercialização de seus produtos e para a exportação ligam-se principalmente à TNUVA (Cooperativa de Comercialização Agrícola e Exportação) e à HAMSHABIR HAMERKAZI (De compra e produção industrial).

Visitamos Bor-Chail e mais alguns Kibutzim.

Vimos casas de crianças, refeitórios, casa de cultura. Visitamos em sua

casa num Kibutz, o Ministro da Agricultura.

Todos vivem sem o superfluo. Também observamos os aspectos positivos de produtividade nos Kibutzim, inclusive na indústria de destilação de legumes de Bror-Chail. Conversamos com jovens e velhos, alguns brasileiros e muitos de outras nacionalidades. São felizes dentro de seu modo de vida.

Afirmamos entretanto, que para a tradição que cultuamos, o coletivismo total não se apresenta como solução a ser defendida fora das condições que a impuseram em Israel.

O Kibutz se constitui por simples iniciativa de um grupo ou por orientação de uma das federações Kibutzianas. A instalação é supervisionada principalmente por três entidades: Agência Judaica, Central Agrícola do Governo e Exército — que tratam do plano de colonização, dos financiamentos e da segurança.

É preciso focalizar também que o Kibutz não é só organização agrícola, mas atua também, quando quer, em atividades industriais e até comerciais, como por exemplo em restaurantes.

Há casos em que vários Kibutzim se reúnem para um empreendimento.

Apesar da grande produtividade agrícola dos Kibutzim, devemos notar que, por razões várias, inclusive a dificuldade de tornar homogêneos dos grupos para vivência tão íntima, o seu número não cresceu muito após 1948.

Os Moshavim, outro tipo de organização, depois da independência cresceram muito mais em número, por estarem dentro do tipo de estrutura comunitária baseado na vida familiar individual e na cooperação flexível. O novo colono escolhia a vida dentro de um sistema social a que estava mais acostumado.

Em 1948, existiam 91 Moshavim e hoje 365.

Em 1948, 136 Kibutzim e hoje 230.

A forma dominante, pois, de organização social da zona rural é o Moshav, cujo número aumentou depois de 1948, em 274, enquanto os Kibutzim tiveram um acréscimo de 94.

Os Moshavim Ovdim são os que abrangem maior número de cooperados, pois existem num total de 345, abrangendo população superior a 100.000 habitantes. Enquanto isso, os Moshavim Shitufim, em que o trabalho e o produto são coletivos, sendo a habitação e a educação familiares, são em número de somente 20, congregando pouco mais de 3.000 pessoas.

No Moshav Ovdim, cada família tem o seu pedaço de terra para trabalhar. Assim como a educação, a habitação e a produção, o trabalho é da família. As compras e vendas são no sistema cooperativo.

O vilarejo é construído e se desenvolve ao redor de um centro onde ficam localizados todos os serviços. É neste centro que está localizada a cooperativa de compras e de vendas. É onde se encontram os equipamentos agrícolas pesados e outros bens para serem alugados ou vendidos aos membros do conjunto, contando-se entre esses bens, fertilizantes, rações, etc. É onde está a escola.

Visitamos proprietários de 10.000 m<sup>2</sup>, ou dez DUNAM como dizem em Israel, com suas casas confortáveis, com máquinas de lavar roupa, rádio, geladeira elétrica e também com estêtuas, ordenha mecânica, plantações, criações de aves, tudo nos arredores da moradia.

Não poucos são proprietários de automóveis, têm filhos nas Universidades, viajam para o exterior.

Toda essa organização de campo, misto agro-industrial, liga-se às organizações regionais e nacionais para planejamento e recebem orientação e

financiamento do Governo, através de seus Ministérios e agências várias.

O Ministério da Agricultura atende quanto ao problema agrícola, o Ministério da Indústria e do Comércio no seu setor, e outros conforme a competência de cada órgão. Na parte comercial e, em muitos casos, no tocante a crédito e assistência de modo geral, ligam-se às maiores cooperativas de âmbito nacional.

Já assinalamos as ligações dos Kibutzim e Moshavim principalmente com a TNUVA, para a venda, inclusive exportação, de produtos agrícolas, dos quais ela manipula 70% da produção de Israel.

É interessante nos determos por alguns momentos na TNUVA, cuja cooperativa visitamos durante um dia.

A TNUVA é uma organização que congrega hoje 550 Kibutzim e Moshavim associados, além de 1.700 agricultores individuais, dos quais 600 são árabes. Cerca de 300.000 usufruem a TNUVA, que movimentam 180 milhões de dólares anuais.

Para toda essa movimentação, ela conta com 3.500 empregados.

A TNUVA divide o país em 5 (cinco) regiões geográficas com as seguintes sedes: Tel-Aviv, Jerusalém, Haifa, Galiléia e Neguev. Cada região tem seis departamentos: Departamento de Frutas, de Verduras, de Aves e Ovos, de Peixes, de Laticios e o Departamento Geral, onde se situa a Administração.

Possui 34 mercados com frigoríficos, dos quais o maior está em Tel-Aviv.

Para efeito de controle de oferta e procura, Israel está dividido em 17 regiões. Em cada uma delas dois funcionários, equipados com jipe e rádio, informam à Central sobre a oferta para o dia seguinte dos produtos mais importantes e perecíveis. Enquanto isso, os consumidores, que são as empresas distribuidoras, informam, sobre as necessidades. Todos os dias, às 10 horas e meia da manhã, a Central efetua o cotejo das disponibilidades com as necessidades e faz o jogo do encaminhamento da produção para os mercados consumidores, regulando assim, de certo modo, a oferta e a procura. É lógico que tal processo é possível porque o país conta com bom sistema rodoviário, fáceis comunicações e pequena área geográfica.

A agricultura, em Israel, é planejada em função do mercado. Após a análise do mercado interno e externo, é estimulada a produção que interessa ao país. Exige-se qualidade e toma-se muito cuidado com a quantidade para evitar a diminuição da oferta e o encarecimento, seja para evitar o excesso de oferta e a necessidade de armazenamento e manutenção de estoques superiores às possibilidades financeiras dos órgãos da agricultura.

O pagamento de taxas para a TNUVA é variável. Normalmente, a verdura paga cerca de 10%, ovos 5%, além de 1% de taxa para ampliação de armazéns e investimentos diversos. Essa contribuição varia conforme os custos, e o excesso de arrecadação de um ano para outro provoca a queda do valor das taxas.

A direção da TNUVA é eleita e somente são remunerados os cargos diretivos cujos ocupantes os exercem com tempo integral.

Conta essa organização com organizações de compra para as cooperativas regionais e locais.

Além dessas, existem, em Israel, cooperativas de consumo, de transportes, de indústria e outras. É este movimento cooperativo que contribui para custos menores de produção, maior eficiência e produtividade na distribuição.

A Associação Nacional das Cooperativas mantém, inclusive, escolas de cooperativismo.

Por outro lado, para o melhor planejamento da produção e da comercialização, existem conselhos especiais para determinados produtos. Esses conselhos, como os destinados às frutas cítricas, que se constituem no principal produto de exportação do país, consagram representantes dos agricultores, dos distribuidores e do Governo. E em conjunto, apreciando os problemas, tomam as decisões que são aceitas por todos.

Tais conselhos influem diretamente não só na produção, como na produtividade, na qualidade, na fixação e na garantia dos preços mínimos. Dispõem de organizações de técnicos capazes de selecionar o produto e classificá-lo — só o melhor é exportado, e pelo melhor recebe o produtor preços mais elevados.

E tudo se faz sem maior burocracia, sem maiores complicações. Praticamente.

Esses conselhos se responsabilizam também pelas exportações. Designam representantes comerciais, para servirem no exterior, para serem os vendedores e para controlarem a entrega.

Esses representantes funcionam como agentes comerciais. Não lhes cabe apenas a promoção, mas todo o esforço de venda. E por isto que os produtos agrícolas de Israel estão penetrando cada vez mais no mercado e obtendo, inclusive, preços com bonificações.

Israel exporta tomates, por exemplo, com cuidados que só vimos antes na exportação das frutas mais delicadas. As partidas de produtos agrícolas chegam a todo os cantos em perfeitas condições. E quando isto não acontece, é o próprio representante do país que as recusa e devolve. O bom nome do produto agrícola israelense é considerado essencial ao interesse nacional.

Qualquer que seja a estrutura do cooperativismo em outro país não se pode comparar com o movimento de Israel, pois aí se uniram todos os ramos de cooperativismo, englobando 75% de todo o momento em um organismo jurídico denominado JEVRAAT OVDIM, e existe uma perfeita identidade entre essa Federação "mater" e a HISTADRUT, que é a Confederação Geral dos Trabalhadores.

O HISTADRUT foi fundado em Haifa em dezembro de 1920. Ampliou sua atividade em todos os setores, até na ciência médica, na da construção civil, no dos transportes em geral, no industrial, na educação, na construção de estradas.

É de se salientar a cooperativa chamada "Solel Boné" (Construtora e Pavimentadora).

É importante observar-se que a maioria dos membros associados da HISTADRUT pertencem ao partido político majoritário, o MAPAI, e muito embora a organização não exerça atividade política as suas decisões refletem, em geral, a política desse partido, o maior do governo e trabalhista moderado.

É importante focalizar-se também que os comunistas nunca tiveram muitos votos na HISTADRUT e estão perdendo terreno, havendo passado de 4,9 em 1955 para 2,80 logo após, quando os membros do MAPAI, que participam da entidade, têm mais de 55%.

Praticamente todos os sindicatos foram formados pela HISTADRUT e por sua iniciativa. A Kupat Jolim que a ela está ligada, é a maior organização médica do país, com 1.800.000 associados, dando ainda serviços gratuitos aos emigrantes nos três primeiros meses.

Tinha a HISTADRUT 872.000 membros em 1964, portanto, mais de 50% da população do país. É interessante citar que, desses associados 40.000 são árabes.

Israel é hoje grande exportador de produtos agrícolas. As frutas israelenses são famosas nos mercados internacionais. Na Europa, compram-se flores de Israel. Os produtos latínios do país vão rapidamente conquistando renome entre os conhecedores. A exportação no país atinge, anualmente, cerca de 750.000,00 de dólares, dos quais pouco mais de 200 milhões provêm de produtos agrícolas e pecuários.

A experiência adquirida por Israel no campo da agricultura está sendo disputada por outros países. E mesmo no Brasil temos engenheiros israelenses, especializados nos vários setores de agricultura, desde a irrigação ao planejamento do desenvolvimento integrado de áreas agrícolas, trabalhando em diversos estados do país.

Fenômeno semelhante Israel vem repetindo no campo da industrialização. Apesar do pouco volume do mercado interno, já existem inúmeras indústrias em escala de grandeza apreciável.

A indústria de diamantes foi desenvolvida de tal forma que contribuiu com mais de uma centena de milhões de dólares anuais para o país. A indústria eletrônica te seus produtos exportados para os quatro cantos do mundo. A indústria de armas é mais do que apreciada pelos "experts". Israel já adquiriu a tecnologia da reforma de aviões. E nas proximidades do Aeroporto de Lida, onde se encontra a fábrica assim especializada, vêm-se aparelhos das mais diversas bandeiras sendo submetidos aos técnicos locais.

O setor de serviços apresenta altos níveis de eficiência e desburocratização. O crédito bancário é fácil e abundante. As maiores facilidades são concedidas ao capital estrangeiro que se queira investir no país.

Estreitamente ligado a vida agrícola e comunitária está o Exército. O sobressalto constante em que vive a nação, rodeada de inimigos de todos os lados e ao mesmo tempo a necessidade de desenvolver sua economia, fazem com que a organização, ou pelo menos alguns organismos dentro do Exército se constituam em algo de "sui generis".

Passamos um dia inteiro em contacto com um desses organismos, o NAJAL (Juventude Pioneira Combatente).

Como parte integrante das Forças de Defesa de Israel, o NAJAL cumpre funções diferentes das que geralmente se exigem de uma unidade militar.

Além de ser uma unidade de infantaria de combate de primeira ordem, o NAJAL desempenha uma segunda atribuição importante: preparar seus membros para que sejam pioneiros em agricultura e estabelecer colônias agrícolas cooperativas ao longo das fronteiras de Israel.

Durante seus 27 meses de serviço militar, o soldado do NAJAL consome menos de doze para o treinamento militar propriamente dito. O restante é dedicado à agricultura. Para as mulheres, o tempo de serviço militar nessa organização é de somente 21 meses.

A primeira etapa da vida militar, após o recrutamento, consiste no adestramento básico de infantaria, por um período de três meses. Os rapazes e moças sem capacidade física para o preparo completo, têm um curso especial, durante o mesmo período, após o qual reúnem-se todos e passam um ano em um Kibutz ou Moshav. Ali, usam uniformes esportivos sujeitos à disciplina militar e passam o tempo trabalhando nos diversos setores da colônia. A fim de aprofundar seus conhecimentos, são enviados a rápidos cursos intensivos, promovidos

dos pelo Instituto de Agricultura, organizado pelo NAJAL para esse fim, onde estudam matérias específicas. Assistem também, no mesmo período a cursos militares especializados, onde aprendem exploração e patrulha, uso de tipos especiais de armamentos, demolição, etc. As tardes, enquanto permanecem na colônia durante o ano, prosseguem com a instrução militar.

Esgotado o período desse tipo característico de instrução, eles passam a ser considerados membros da Organização Regional de Defesa.

Para melhor conhecimento da vida do Estado, é preciso saber-se de sua organização política. O Governo de Israel é Parlamentarista. O Presidente do Estado é eleito por cinco anos, de forma indireta, pelos representantes no KNESET (Parlamento) e estes se elegem pelo voto direto, em representação proporcional, por quatro anos, tendo havido antes da guerra um movimento, liderado por Ben Gurion, para votação por distrito.

Os três poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — atuam de forma independente e harmônica.

O Judiciário tem sua Suprema Corte em Jerusalém. Conta com Tribunais Distritais e Juizados de Paz em certas cidades. Existem também os Tribunais Religiosos para as três grandes comunidades religiosas: muçulmanos, judeus e cristãos, sobre problemas que lhes estão juridictionalmente afetos, como por exemplo, casamento, divórcio, etc.

O Executivo compõe-se dos seguintes Ministérios:

Defesa  
Agricultura  
Assistência Social-  
Comunicações  
Correios  
Cultos  
Educação e Cultura  
Fomento e Turismo  
Fazenda  
Indústria e Comércio  
Interior  
Justiça  
Polícia  
Saúde  
Relações Exteriores  
Trabalho  
Habitação

São treze os partidos políticos. Hoje, devido a situação perante os países árabes, há união nacional. Esta situação começou pouco antes da última guerra, quando todos os partidos políticos, passaram a apoiar o Governo, e perdura até hoje. Só uma ala comunista com unicamente três Deputados, faz oposição.

Vejam os alguns dados, que nos interessam, sobre o funcionamento do Kneset.

A Mesa, hoje composta de um Presidente e oito Vice-Presidentes, é eleita para a Legislatura inteira. O número de Vice-Presidentes é fixado no início da sessão legislativa. Há votação na Presidência das sessões plenárias. O Presidente e os oito Vice-Presidentes formam um colégio para o estudo de muitas matérias, como, por exemplo, a fixação da Ordem do Dia por semana.

O sistema é unicameral e 120 Deputados compõem o Kneset.

Para formação do Gabinete, tem sido praxe indicar um Deputado para Primeiro Ministro. Encontra-se em tramitação projeto que transforme tal praxe em obrigação.

O Primeiro Ministro indicado apresenta ao Plenário seu programa e após o debate, há uma votação a descoberto. Após ser aceito, por maioria simples, assume o compromisso.

Há ainda a figura do Vice-Ministro, obrigatoriamente um Deputado. O Vice-Ministro, indicado pelo Primeiro Presidente, que comunica o fato ao Kneset. Esse Deputado, assim nomeado, vai se constituir, principalmente, em elemento de ligação do Ministro com o Kneset, na defesa contra crí-

ticas, na análise de projetos e em assuntos diversos que digam respeito ao Ministério.

São nove as Comissões:  
Comissão do Regulamento  
Comissão de Finanças  
Comissão de Defesa e Relações Exteriores  
Comissão do Interior (Municípios, Urbanismo, Cultos Religiosos...)  
Comissão de Constituição, Lei e Direito  
Comissão de Economia  
Comissão de Trabalho  
Comissão de Educação

A apresentação de anteprojeto do Governo é feita pelo Ministro ou pelo Vice-Ministro, inicialmente em plenário. Se recusado na votação inicial, o projeto é arquivado. Se aprovado, vai às Comissões. Havendo dúvida sobre quais as Comissões que o devem analisar, ela é dirimida pela Comissão de Regulamento.

Das Comissões, o projeto volta à Plenário para segunda discussão. Nesta ocasião, recebe emendas, que são votadas. Após e submetido a uma terceira votação, que tem a finalidade de conceder tempo ao Governo para estudar o projeto com as emendas e, se aquele for originário do Executivo, poderá ser retirado caso as emendas não satisfizerem os interesses do Governo. Não há veto.

Quando se torna necessário podem ser formadas comissões com membros de várias outras, como ocorreu recentemente, quando tramitava no Parlamento um projeto de lei sobre o Tribunal do Trabalho. Organizou-se uma comissão especial, composta por dez membros da Comissão de Justiça e nove da Comissão do Trabalho.

O país não possui Carta Constitucional. Tem leis básicas, mas estas são ordinárias.

Há um órgão, denominado Controlador do Estado, eleito pelo Kneset com mandato certo e com a finalidade de fiscalizar o Governo. Anualmente, relata ao Kneset a ação do Governo.

O projeto de Deputado é apresentado inicialmente ao seu grupo político. Cada partido tem um certo número de projetos, que pode apresentar durante o ano. Vemos aí a figura de uma primeira triagem, efetuada pelo grupamento político, dos projetos apresentados pelos Deputados.

Na discussão de projeto de seu interesse o Ministro ou o Vice-Ministro sempre está presente.

Na administração pública, o sistema do mérito é seguido para nomeação e promoção de funcionários.

Os funcionários públicos somam a cerca de 54.000. O funcionário recebe alguns descontos para a parte assistencial e de aposentadoria.

A ação governamental de Israel tem sido feita através de um planejamento global e perfeitamente integrado em todos os setores. O seu orçamento fixa uma política e um programa de Governo, voltados para uma justa distribuição de amparo entre agricultura, indústria e o social.

Em poucas outras áreas que visamos, encontramos tal preocupação com a educação, que é o segundo item mais importante do orçamento nacional, o primeiro sendo a Defesa, por razões óbvias.

É verdade que, no momento, os gastos com a educação equivalem a um sexto daqueles com as Forças Armadas. O país vive em estado de guerra. São reconhecidamente elevados os custos de um exército nos dias que correm. Mesmo assim, os gastos com educação correspondem a 120 mil cruzeiros per capita, isto é, cerca de 350 milhões de libras israelenses. Nestes quantitativos, não se incluem as despesas das Prefeituras, dos Kibutzim e Moshavim, que são igualmente elevados e que, segundo conseguimos estimar, somadas às que-

las do Governo Central dariam números duas vezes maiores.

Numa população de 2,5 milhões de habitantes, cerca de 800 mil, estão, no momento, frequentando os bancos escolares em todos os níveis. A proporção fala por si mesma. E explica a afirmação de que em Israel, cada soldado é como um oficial.

Em Israel, a criança deve permanecer na escola um mínimo de oito anos, o período elementar, que é gratuito. Em princípios do ano passado, ao que nos informaram, várias salas de aula foram fechadas, porque se registrou um excesso de salas de aula em relação aos alunos existentes.

Ao fim dos primeiros oito anos, os jovens se submetem a um teste de conhecimento que determina quais os que poderão seguir para o curso secundário, com o direito a mensalidades calculadas nas bases dos salários dos pais. O curso secundário não é gratuito. O país não dispõe de recursos financeiros suficientes para que o seja. Mas as mensalidades não sacrificam o orçamento doméstico.

O ensino de línguas estrangeiras é obrigatório e bem sucedido. São poucos no país os que não falam pelo menos duas línguas, além do hebraico.

É ainda no ginásio que se inicia o encaminhamento de jovem para a Universidade, segundo sua vocação. A cada ano, os jovens devem optar pelas matérias que lhes são mais interessantes. Ao fim do ginásio está apto para o curso universitário de sua escolha.

Há também, um ensino secundário técnico altamente desenvolvido. A idéia básica é a de produzir um número suficiente de técnicos de nível médio, para servirem de executores do plano e idéias dos técnicos de nível superior. E existe ainda um número infindável de cursos rápidos de especialização, visando a facilitar o preparo e a atualização do homem para os trabalhos na indústria e na agricultura.

Alguns dados estatísticos interessantes: mais de 80% de todos os jovens que terminam o curso primário, concluem o secundário. De 15 a 20% dos que concluem o secundário, chegam ao fim de seus cursos universitários. Israel é dos poucos países do mundo que não se ressentem da falta de engenheiros ou cientistas.

O que é extraordinário, também, é a integração entre a escola e a vida econômico-social. Há um empenho total na formação de elementos para a produção. E as Universidades vivem sob a permanente preocupação de buscar respostas aos problemas encontrados pelo país no seu esforço de produção. É assim que se explica que Israel esteja desenvolvendo uma indústria altamente sofisticada, baseada na ciência.

O espírito cooperativista, o empenho na educação, a ênfase sobre as ciências e a tecnologia respondem pelo fenômeno do desenvolvimento israelense.

Em Israel se diz que não há tecnologia sem educação apropriada, e não há progresso sem a cooperação de todos os cidadãos. Não se trata de "slogans", mas de realidade.

A experiência israelense é, por isso mesmo, de maior importância para todos os países que estão buscando o seu desenvolvimento.

Confirma-se lá, mais do que em qualquer outro local, que o desenvolvimento nacional só pode ser uma decisão nacional e uma responsabilidade da nação. Ninguém fará esse trabalho por nenhum outro país.

Também em Israel se confirma que apenas aqueles países que sabem colocar a educação no primeiro lugar de suas prioridades constroem as bases certas para o seu progresso. Nos dias de hoje, mais do que em qualquer época da história, ou se tem o homem convenientemente prepara-

do para as funções de produção ou não se tem nada. As margens para o imprevisto são cada vez, menos significativas e mais perigosas para os recursos nacionais.

Desde o início do Estado, o problema que se mostrou ao Governo com profunda importância foi o de onde localizar os imigrantes, isto é, onde construir casas para abrigá-los. Isso era fundamental, pois era necessário orientar as medidas adotadas em função da estrutura demográfica, estratégica e econômica da nação. Se a decisão de onde fixar o imigrante ficasse exclusivamente em função da oferta e da procura, as grandes cidades, como Haifa e Tel Aviv teriam crescido em ritmo acelerado e não no desejado. O Governo conseguiu controlar o crescimento dos centros urbanos maiores, que tiveram suas percentagens populacionais diminuídas em relação ao número total de habitantes do país. Haifa decresceu de 11,7 para 7,9% e Tel Aviv de 29,7 para 15,6%. Entretanto, cidades satélites se desenvolvem e as autoridades executaram um plano de localização dos habitantes entre os centros mais povoados e a periferia desabitada entre os centros mais povoados e a periferia desabitada, entre a indústria e as colônias agrícolas.

Foi surgindo, com as modificações, uma nova paisagem em Israel. Mesmo quando ainda não havia chegado o cerne do deserto, as vilas iam sendo plantadas em função da necessidade de exploração industrial da região.

Neguev, incluindo Bersheba, abrigava 1% da população em 1948 e em 1964, já tinha 5,7%. Bersheba que vimos implantada onde era deserto hoje tem cerca de 65.000 habitantes na cidade. É a capital do deserto de Neguev, onde grande parte dos recursos minerais de Israel estão localizados: fosfatos, cobre, manganês, potassa, petróleo (cobrindo hoje 8% do consumo que, suplementado por gás natural, alcança 12%), materiais refratários e outros recursos.

No Neguev, observa-se a entrada da agricultura com a irrigação em algumas dezenas de quilômetros. Mas as cidades que crescem demonstram que a sua destinação também é indústria, em face de sua estrutura geológica. A água vem do norte, provém do Rio Jordão e poderá vir, no futuro, da dessalinização das águas do mar. Toda a exploração dos recursos minerais está a cargo do Ministério do Fomento.

Vimos muitas instalações industriais no Neguev e sentimos a importância da construção de estradas, como, por exemplo, a rodovia Bersheba-Eilat (Suez terrestre), que abre a ligação do Israel à África Oriental e ao Extremo Oriente.

Vimos a maior fonte de minerais de Israel: O Mar Morto, cujas águas salobras contêm bromo, potássio, magnésio. São 270 gramas de sal em média por litro, densidade que não permite que se afunde praticamente nada em suas águas. Esta região de Neguev, que tem significativa importância para o futuro de Israel, era considerada sinônimo de morte há anos passados.

Afirmam, em Israel, que na história do Neguev o renascimento de Eilat nas margens do Mar Vermelho foi capítulo de sua importância. Hoje, ela se liga asfaltada, com Bersheba e Tel Aviv, e se asfalta a estrada de Sodoma no Mar Morto até Eilat, para dar saída, por este pórtico, aos produtos daquela região. Projeta-se até lá a extensão da via férrea de Bersheba. De Eilat, parte um oleoduto, que vai a Bersheba e daí às refinarias de Haifa. Ele transporta 4.500.000 toneladas de petróleo por ano e é uma das fontes de abastecimento também da Europa.

Nessa região do Neguev, que sem ajuda do Governo seria deserto, foram construídas inúmeras cidades, como Bersheba, rodeada por um cin-

turão verde, com 600 estabelecimentos comerciais, escolas, institutos de pesquisa, teatro, hospital dos mais modernos (da Histradut), cinema, população escolar de 17.000, nascendo ali 2.000 crianças por ano (o maior índice de natalidade de Israel). Calcula-se que, em 1963, Bershéba tenha 100.000 habitantes. Lá está também um dos melhores hotéis que conheci: Desert Inn.

Não tem edifícios muito altos e é densa em seu centro. Tudo é novo, bem organizado e funcional. Nada é supérfluo. Assim vimos em todas as outras cidades. Até o aspecto da cor é uniforme, pois é a do cimento. Praticamente, tudo pré-fabricado.

Outra cidade — Dunora — instalou-se para os trabalhadores das indústrias da região. Precisava ser eliminado o custo do transporte por terra dos produtos do Neguev até o Porto de Haifa. Foi construído, na costa do Neguev, o Porto de Ashdod, onde se iniciou uma gigantesca usina elétrica, para servir à região sul. Assim, onde há trabalho, surge uma cidade, ou uma vila, desde um Bror Chail até uma Bershéba.

E as moradias foram estudadas para atender às necessidades de judeus e não judeus. Os árabes tiveram até 1964 cerca de 2.500 unidades construídas e outras financiadas, de acordo com o que solicitavam os futuros inquilinos em função de seus costumes.

O Ministério de Habitação, com a Histradut, esta através da Soler-Boné e outras empresas em menos escala, construíram em Israel:

Em 1955 — 29.900 moradias  
Em 1959 — 32.500 moradias  
Em 1962 — 37.800 moradias  
Em 1964 — 37.900 moradias.

Entre 1948 e 1964, foram alojadas 631.000 pessoas em Israel, o que, em comparação com outros países, nos dá a seguinte percentagem para novas moradias completadas, por 1.000 habitantes, em 1962, por exemplo:

Israel — 16,2  
França — 6,6  
Yugoslávia — 5,3  
Itália — 5,6  
Polónia — 4,6.

Uma média de 2.500 homens se aperfeiçoam na indústria de construção.

Palmas na conquista do deserto, que é de suma importância para o futuro de Israel. A atenção dada a esta questão é tal que se realizam investigações relativas ao que comer como vestir, morar, beber, como e quando devem trabalhar os habitantes do deserto.

Mas assim como fez no sul, o Governo projetou o desenvolvimento de todas as demais regiões. Notar-se por exemplo no desenvolvimento de Jerusalém, o seu papel de capital, inclusive com o comando cultural do país, o que determinou construções novas com uma nova arquitetura extraordinária, como o Museu do Livro, o Monumento aos Mortos da última guerra, a Universidade Hebraica.

Em todas as regiões, foram criadas condições para a estadia de seu povo. Há liberdade de escolha para todos os ramos, mas criam-se facilidades para o que se quer dentro do planejamento feito.

O Governo, por si ou por agências executoras, com o auxílio do desenvolvimento pelos investimentos próprios, pela ajuda bancária, por privilégios de incentivos e por várias outras medidas. Esse desenvolvimento foi ajudado também por outras condições de capitais oriundos da Agência Judaica Nacional, por ajuda dos Estados Unidos, por pagamento de indenizações pela Alemanha e por empréstimos de bancos estrangeiros que ajudam a cobrir um déficit do balanço de pagamentos, que se constitui num

grande problema para economia de Israel.

Apesar do esforço para eliminar deficit, ele ainda persiste em cerca de 300 milhões de dólares, menos do que em 1964, quando foi de 400 milhões.

As medidas que são tomadas para o equilíbrio, incluem ainda em 1965 ser de um terço em relação a 1961. O problema é: como diminuir cerca de 200 milhões de dólares, que excedem na importação?

Israel tem importado o essencial e forçado a exportação. De tal ordem é o seu esforço que a percentagem de exportação sobre a importação aumentou de 11,3% em 1949 para 50% em 1965. O seu plano prevê um aumento anual de 20% no valor das exportações, o que não é mais do que repetir a média de alguns anos, inclusive facilitada agora por acordo com o Mercado Comum Europeu, sobre privilégios aduanheiros para alguns produtos.

Os principais fornecedores de Israel são: Estados Unidos, Mercado Comum, Reino Unido — em combustível e produtos para consumo.

Os principais compradores: Europa — 65%, América do Norte — 18% — Ásia — 13% e África — 4%.

Em 1964, os principais produtos exportados em milhões de dólares: diamante lapidado — 137,6; frutas cítricas — 52,8; têxteis 39,4; produtos alimentícios — 30,3; produtos químicos — 17,7; ovos 5,9 e outros.

Observa-se que toda a iniciativa do Governo em Israel visa a ordenar os investimentos, de forma a ampliar a produção do que importa, aumentar também a oferta de que pode exportar dentro de um espírito omni na busca do aumento da produtividade, inclusive na expansão de serviços que dão dólares, tais como, navegação, aviação, e turismo.

Por todas as dificuldades que tem que vencer Israel deve saber arrecadar e gastar. O seu orçamento interno divide a receita e muitas parcelas distintas: uma ordinária, outra de fomento. Aquela é originária de impostos, onde o de renda entra com 60% e se destina às despesas normais; esta, a do fomento, destina-se às despesas com o desenvolvimento — agricultura, indústria, estradas, energia, habitação etc. — e é oriunda 49% de fontes nacionais e o restante do exterior inclusive de Campanha de Bônus, indenizações da Alemanha, empréstimos e outros.

A despesa é bem distribuída e feita em função do planejamento.

A sua distribuição percentual, no orçamento de 1965, para os diferentes setores, foi: 22,3 para fins econômicos; 23,8 para fins sociais; 31,6 para serviços inclusive defesa e administração; 16,9 para amortização da dívida pública.

Devemos analisar alguns setores de atividades, para observarmos o seu desenvolvimento e o equilíbrio que há entre eles.

Pode-se observar, no quadro de aplicações bancárias, o tratamento dado no crédito pelo Banco Central para os três ramos seguintes:

Agricultura — 22%  
Indústria — 29%  
Comércio — 12%

A agricultura tem o seu desenvolvimento concentrado e amparado desde o planejamento pelo Ministério.

Os principais ramos industriais são: produtos alimentícios e bebidas; metalurgia; têxteis; produtos químicos e petroquímicos; roupas; madeira e móveis; minerais não metálicos; papel; veículos; lapidação de diamantes; plásticos; equipamentos elétricos e outros.

A dispersão de indústrias é considerada importante e o Governo concede maiores facilidades para as insta-

lações em regiões programadas para recebê-las.

O capital estrangeiro é bem aceito dentro da legislação existente, que visa ampliar a produção exportável.

Julgamos interessante sintetizar outras informações, para que se possa conhecer melhor ainda a vida dos israelenses, seus sucessos, seus problemas e a expectativa do futuro:

1 — População da zona rural: 23% da zona urbana: 77%. No Brasil, a população rural atinge a mais de 50%.

2 — Percentagem de captura de peixes:

Agricultura — 12,9  
Indústria — 25,3  
Construção e obras — 13,2  
Comércio — 12,7  
Administração pública — 7,6

3 — Saúde Pública:  
O Ministério da Saúde é a suprema autoridade no setor. Tem 14 postos de saúde distritais, 33 hospitais, num total de 130 no país, tendo 7.400 leitos, mantem clínicas infantis, escolas de enfermagem, laboratórios, etc.

A Kupat Jolim tem filiados 70% da população, 1.005 dispensários vários hospitais, institutos de raios X, farmácias, postos de maternidade e infância num total de 157.

Em 1965, havia hospitais com 17.600 leitos, sendo 7.653 gerais, 7.400 enfermarias mentais, 1.450 crônicos, 577 para reabilitação e 470 para tuberculosos. Em planificação encontram-se mais 1.430 leitos.

4 — Relações com os árabes:  
Todo o serviço (moradia saúde, assistência, financiamento, etc.) existente para o judeu, existe também para os árabes.

5 — Percentagem por origem da imigração:

45% — Europa América e Oceania  
55% — Ásia e África.

6 — A percentagem de desempregados em relação à força de trabalho é, em média, de 0,4%.

Praticamente emprego total.

7 — Dos dois e meio milhões de israelitas, cerca de um milhão e setecentos mil estão na idade de trabalho. Mas a força de Trabalho efetivo é estimada em 910 mil pessoas ou 35% da população. Dêsse total, cerca de 115 mil estão na agricultura 220 mil na indústria, 100 mil no comércio, 82 mil na construção, 60 mil em água e transporte 200 mil em serviços diversos, particulares ou governamentais. Há ainda os estudantes universitários e aqueles que estão nas Forças Armadas.

8 — Energia elétrica.  
Capacidade geradora da ordem de 750.000 km.

9 — Mortalidade Infantil

1949 — 52,3 em 1.000  
1955 — 23,9 em 1.000 pop. judeus  
42,5 em 1.000 pop. não judeus

10 — Natalidade em 1965

22,4/1.000 pop. judeus  
51,4/1.000 pop. não judeus

11 — Expectativa de vida

ELUU — 1963

Homens: 65,6

Mulheres: 73,4

Israel — 1964

Homens: 70,2

Mulheres: 73,4

12 — Causas da mortalidade:

Enfermidades cardíacas, câncer e enfermidades de primeira infância.

A tuberculose está desaparecendo e também a malária.

13 — Movimento científico.

São vários os institutos e os centros universitários de pesquisas. E já o Brasil recebeu técnicos especializados em Israel no setor de irrigação, para estudos de nossa região nordestina.

14 — Visitamos o Instituto Weizman. Cientistas de todo o mundo. Tem 19 unidades de investigação. Atualmente, fazem cerca de 200 investigações em vários setores.

Instalações e aparelhagens das maiores do mundo. — Recursos suficientes para os mais exigentes. É um dos orgulhos da Israel. Foi fundado em 1941 e inaugurado em 1949. Nome

em honra ao primeiro presidente, Chaim Weizman. É situado num parque admirável.

15 — Energia Solar.

Aquecedores domésticos e unidades produtoras de energia elétrica coletada da energia solar, destinados as aldeias longínquas. Usinas geradas por coletores solares que captam os raios em zonas ensolaradas. Uma unidade de um Kw pode regar 3 ha. de terras e dar iluminação para uma aldeia de 26 famílias.

16 — Energia Atômica.

Em andamento neste setor e já narramos os estudos e execução conjuntas com os Estados Unidos, para produção de energia e dessalinização da água do mar. A Comissão de Energia Atômica estuda as possibilidades de minerais radioativos no país. Já foi em 1960, instalado um reator que presta reais serviços ao mundo científico.

17 — Rodovias asfaltadas demonstram o esforço feito. Quase todas novas. Importante a ligação com Eilat de Bershéba e Sodoma, esta em construção. Ferrovias são do Estado: 427km. Pudo ver: Tel Aviv — Jerusalém; Tel Aviv — Bershéba — Dunora (esta ligação completada em 1965).

Aviação em grande movimento.

El Al — Companhia Internacional de alto conceito.

Companhias estrangeiras também servem Israel.

Arkia, subsidiária de El Al, é para serviço interno de Israel.

18 — Comunicações:

Rádio — telefone — Telex como os países que têm rede internacional (menos com os árabes).

19 — Rádio do Estado (A Voz de Israel).

A televisão está na fase educativa exclusivamente.

20 — Visitamos o Museu do Livro: Arquitetura impressionante. Possui obras de valor inestimável.

21 — Artes — Música

Uma das melhores orquestras do mundo é a Filarmônica de Israel. Tem 27.000 subscreitores — recorde mundial em relação à população.

As escolas do Estado empregam 150 professores de música, assim como a 230 mestres de jardins de infância com instrução musical. Há cerca de 130 orquestras e 490 coros escolares. O Ministério de Educação e Cultura supervisiona 35 conservatórios com 9.000 estudantes.

A arquitetura é moderna e estu-

peça. É considerável o número de pintores e escultores em todos os estilos modernos. Vários expo. etc. Existe uma aldeia de artistas — Ein Hod — organizada por eles mesmos e uma colônia de artes em Sardi. A escola mais destacada é a Escola Bial de Jerusalém.

22 — Imprensa

São 23 jornais matutinos e 2 vespertinos, na sua maioria matutinos. 14 matutinos são em hebreu e o restante em outras línguas (inglês, alemão, árabe, francês, idiche, etc.). As maiores tiragens são de 40.000 exemplares para os matutinos e até 100.000 para os vespertinos.

23 — Teatro

É muito desenvolvido e popular. Representam simultaneamente dezenas de obras, séries e amenas, em salas e populares. Soubemos, por experiências, que se apresentam também nas zonas rurais.

24 — Liberdade de culto.

É cumprida em toda a extensão. A grande maioria da população é constituída de israelitas, mas há 55.000 cristãos, que têm o centro principal em Nazareth. Há 200 igrejas e capelas.

25 — Assistência Social

Em 1913 Henrietta Szold fundou uma organização com fim assistencial. O movimento cresceu e é a impulsão até o final de sua vida.

O Ministério de Assistência Social é hoje responsável pelo setor, contando com várias organizações. Os imigrantes, nos primeiros tempos recebem ajuda através de Agência Sionista.

O Seguro Nacional dá pensão para homens a partir de 65 anos e 60 anos para mulheres, ajudando também em acidentes de trabalho. Há várias organizações para assistência à infância, doentes mentais, crianças excepcionais, etc...

Cerca de 25.000 crianças — 4% da população até 17 anos vivem em instituições diversas. Foram, em grande parte, mandados ou levados a Israel por pessoas que não podem abandonar seus países de residência. Há vários serviços para jovens, inclusive pátios para jogos e outras organizações com programas educacionais. Os velhos, que podem trabalhar, encontram organizações para orientá-los e aproveitá-los.

A delinquência juvenil é muito pequena em relação a outros países. Foi grande a tarefa de assistir aos imigrantes, velhos jovens e crianças. Ainda há muito a fazer. "Se não completaste a tarefa, isto não te autoriza a desistir" — frase que é sempre lembrada em Israel.

26 — É de suma importância o problema da defesa. As Forças Armadas são extremamente equipadas.

O serviço militar é obrigatório para homens de 18 a 26 anos por um período de 26 meses. De 27 a 29 anos, se não serviu está ainda sujeito por dois anos. Mulheres solteiras de 18 a 26 anos servem por dois anos, podendo ser dispensadas por religião. Elas prestam serviço como pessoal não combatente.

27 — Números quanto ao ensino estatal:

Escolas (hebréias e árabes) — 4.770  
Corpo docente — 34.340  
Alunos — 654.720

Em cursos superiores, cerca de... 25.000 estudantes.

Visitamos a Universidade Hebráica em Jerusalém. É a mais importante e conta com 12.000 estudantes.

Universidade de Tel Aviv — 5.030 estudantes.

Universidade de Bar Han — 2.630 estudantes.

O Instituto de Tecnologia de Haifa conta com 14 faculdades. Seu corpo discente é da ordem de 7.000 alunos.

O ensino superior não é gratuito. O Governo ampara com 50% das despesas.

Depois dessas citações todas, voltamos novamente ao exame rápido da estrutura econômica de Israel, lembrando a ideia que se pode tirar do que disse Avner Hovne, Assessor do Ministério de Trabalho: não precisamos aprofundar-nos muito no aspecto econômico de Israel para entender o seu progresso. É preciso conhecer-se o seu ambiente geral, a história do seu povo, as suas experiências sociais tudo enfim de sua vida para percebermos como foi possível realizar o que lá se vê.

Quando se analisa a estrutura econômica de uma nação, surge automaticamente uma pergunta: o país é rico ou pobre?

O Estado de Israel é rico ou pobre?

Não há dúvida de que, se respondermos a esta pergunta com base nos recursos naturais do país, optaremos pela negativa. Do ponto de vista econômico, Israel é pobre. Não possui riquezas hidrográficas, nem florestas a explorar, mas unicamente pequenas áreas de terra arável, alguns campos petrolíferos e de gás natural e alguns minérios.

É verdade que a terra tem um profundo significado histórico e social e oferece grande atração aos estrangeiros. Esses atributos, porém, apesar de muita valia para efeito de turismo, não têm cotação no mercado.

Seu maior "handicap" se encontra na planície costeira, que produz laranjas de excelente qualidade, e no Mar Morto, que abunda em minerais, especialmente potássio.

Mes há outras formas de responder à pergunta acima. Por exemplo, a estrutura de economia nacional pode ser analisada ou verificada pelos dados componentes do produto nacional bruto (PNB). Em 1963, o PNB, ou seja, a soma dos valores de tudo o que o país produz, era estimado em 4 bilhões e 500 milhões de libras, aproximadamente 1 bilhão e meio de dólares. Cinco anos depois, atingia a 10 bilhões e 700 milhões de libras, ou aproximadamente 3 bilhões e 500 milhões de dólares. Três vezes mais, portanto.

No mesmo período, a renda do setor privado da economia passara de 3 bilhões e 400 milhões de libras para 8 bilhões.

Façamos outra análise, à margem do mesmo produto nacional bruto. Em 1952, o PNB per capita equivalia a 430 dólares. Isso significa que, após distribuído — entre homens, mulheres e crianças o valor de todos os bens e serviços produzidos em Israel durante o ano, cada um receberia o equivalente a 430 dólares em libras israelitas. Nessa época, nenhum país, excetuados os da Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Venezuela (devido ao petróleo) podia contar com tão elevada receita per capita.

Em 1963 o ingresso per capita se elevou, em Israel, a 850 dólares. Esse nível já correspondia ao de um país médio da Europa e se aproximava bastante de nações como a Grã-Bretanha e França, com a vantagem de que a distribuição era mais equitativa. Isto significa afirmar que a diferença de receita entre o rico e o pobre, em Israel, não era tão acentuada como nos outros países com renda per capita equivalente ou superior. Vencimentos de 1 para 6.

O aumento médio do PNB nesses anos correspondeu a cerca de 11%.

Comparemos rapidamente com outros países. No mesmo período, houve o seguinte aumento aproximado do PNB per capita por ano nas nações que citarei:

Grã-Bretanha — 3%  
Canadá, Suécia e França — 4%  
Itália — 5%  
Alemanha Ocidental — 7%  
Japão — 9%

Em termos percentuais para a formação do produto bruto nacional, em 1955 a agricultura contribuiu com... 11,2% do total, a indústria com... 22,3%, a construção civil em 3,1, a água e a eletricidade com 1,6, os transportes e comunicações com 6,9 e o comércio e serviços pessoais com 21, o setor público e instituições de fins não lucrativos com 20 e a Casa Popular com 5,4.

Em 1965, dez anos depois, a agricultura estava contribuindo com 8,5 para o PNB a indústria com 24,2, a construção civil com 7,2, água e eletricidade com 2, transportes e comunicações com 8 comércio e serviços com 18,7, e setor público com 18,7 e a Casa Popular com 7,5.

Verificamos um elemento importante: houve variação na distribuição da população. Hoje, a percentagem de população que vive no campo é bem menor que há dez anos.

A explicação em relação a este fator é simples. A utilização intensiva da mecanização permitiu a liberação da mão de obra. É mais barato produzir com máquinas do que com homens.

Por outro lado, o crescimento da participação relativa da indústria na formação do produto nacional decorre do grande esforço de industrialização que o país realiza.

Israel tende a ser um grande centro de indústrias de transformação.

Pelas condições de seu solo, considerou ser este o melhor caminho a

seguir. Não temos dúvidas de que será bem sucedido nesta empreitada como foi em todas as outras.

É verdade que, hoje, o país atravessa uma fase de dificuldade. Houve uma inflação de 8% em 1965. Considera-se que esta inflação estava prejudicando o esforço de exportação, porquanto o país deve produzir mais, melhor e a preços cada vez mais competitivos. Não dispondo de um grande mercado interno, nem de grandes recursos naturais, precisa exportar para viver.

Também se está registrando uma queda nas entradas líquidas de capital e de imigrantes.

Em relação aos imigrantes, o que acontece é que, nos países livres e democráticos, onde hoje ele não precisa temer a discriminação, o israelita não emigra. Nestes países livres e democráticos, não há memória das perseguições de que foi vítima em tantas regiões.

Acerto como igual, pois, igual é a, podendo integrar-se nas sociedades em que vive e para as quais contribui com o seu trabalho e imigração. Esse israelita encara Israel apenas como a fonte de inspiração de sua história e de sua religião. É justo e bem que assim seja.

O Brasil, para honra nossa, é destes países onde os homens são julgados pelo seu valor pessoal, jamais por suas origens raciais, sociais ou religiosas. Nunca entendemos que fosse diferente e julgamos que é anormal quem assim não entende.

Voltando, porém, ao tema: também se explica que diminuam as entradas líquidas de capital. Israel se normaliza como país. É se é verdade que persiste a incrível situação de guerra nas fronteiras, ele agora deve construir o seu futuro mais e mais na base dos recursos que possa originar com o seu próprio esforço interno.

É de se citar que a Histadrut propôs um congelamento de salários por um período de dois anos.

Não sentimos em Israel nenhuma insatisfação pública. Há uma grande compreensão para o que o Governo faz.

O país vive em estado de guerra desde a sua criação. Cada pai de filho maior de 18 anos, homem ou mulher, deixa-se sem saber se verá o seu filho no dia seguinte. Nas fronteiras, o perigo é permanente.

Mas, não sentimos nem medo e nem inquietação na população. A vida continua e avança como se existisse a paz que todos querem mais do que nada. É que o povo que tanto sofreu, tanto merece ter.

Já dissemos que nem a assistência econômica-financeira, nem a imigração de qualidade, nem governos práticos bastam para construir um país.

Israel dispõe de tudo isto. E apenas isto já seria muito, mas não cremos que tudo isto responda pelo seu extraordinário desenvolvimento. cremos que, nas bases do seu desenvolvimento, esteja, em primeiro lugar a fé.

O imigrante chega com a fé que preservou através de milênios, de falta de uma terra nacional. A fé que permitiu resistir a toda espécie de perseguições e sofrimentos.

É esta fé no destino nacional que, em Israel, se transforma em amor à Pátria e que, por sua vez, se traduz em trabalho produtivo em todos os setores das atividades humanas e num espírito de compreensão extraordinária.

Mas, se é verdade que a fé move montanhas, também é verdade que precisa ser completada com os instrumentos apropriados. Na base do desenvolvimento de Israel está o homem. Está o fato de que todas as preocupações do Governo se concentram num só ponto, em dar ao homem, através da educação, as possibilidades da mais plena realização de seu

potencial de ser humano e de indivíduo.

A filosofia cooperativista consiste em que o indivíduo, sem sacrificar nenhuma de suas liberdades, encontra a solução para os seus problemas materiais na ajuda mútua. É a filosofia de fazer com que cada homem possa dar o máximo de si em seu próprio benefício e no da comunidade.

O desenvolvimento de Israel ocorreu, e continua, porque é um país de homens livres, que amam, que trabalham, que recriam, que são unidos de mãos e corações unidos, pelo desenvolvimento, pela paz, pela liberdade e pelo futuro.

Vimos Israel e, mais do que isso, procuramos, com isenção, sentir o seu povo. E durante o período em que lá estivemos a nossa sensibilidade foi aumentada, pois não só visitávamos um país amigo como, principalmente, percorríamos caminhos percorridos por Cristo. Não há quem não se emocione assim nos lugares santos. E assim emocionados, comovidos mesmo, as nossas observações foram feitas mais no aspecto humano de que em outro qualquer.

Nós sentimos em Israel a sensibilidade humana de seu Governo e observamos que, apesar de tantas dificuldades, seu povo é feliz. Em Nazaré um padre amigo rezou para nós uma missa na gruta da Anunciação; no Monte Sion, lugar santo para três religiões, também tivemos humildemente pela compreensão entre os homens.

E assim fizemos lembrando-nos, num preito de justiça, dos que no passado sofreram, dos que ontem tombaram, dos que hoje lutam pelos ideais de Liberdade, Justiça e Paz.

Brasília, 18 de junho de 1968. — Ney Braga — Leandro Maciel — Aarão Steinbruch.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente e... Senadores, em determinada oportunidade, louvamos o esforço que a Administração vem fazendo para que, dentro do menor espaço, Brasília possa tornar-se, efetivamente, pelas suas condições e possibilidades, a Capital do País.

Louvamos, aqui, como outros Srs. Senadores, a operação que se convenção chamar Consolidação de Brasília.

Reivindicamos, em certa ocasião, a atenção das autoridades responsáveis pela capital do País para a situação gravíssima que atravessam e continuam atravessando os professores que para cá vieram concorrer, com o seu esforço e o seu trabalho, para que a nova capital se firme o mais rapidamente possível no desempenho das suas funções.

A consolidação de Brasília, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não decorre nem pode operar-se, apenas, com a sua transformação em mero aquartelamento de funcionários civis ou funcionários militares. A consolidação de Brasília só se poderá realizar com uma operação em conjunto, em que todos que influem para que a cidade se torne habitável tenham condições de vida, de moradia, de sociabilidade.

No ano passado e nos comêços deste, a CODEBRAS, Sr. Presidente, abriu inscrições para que todos aqueles que aqui desempenham uma atividade pudessem adquirir os apartamentos de que necessitam, para instalar-se definitivamente.

Ínúmeros foram os concorrentes e a CODEBRAS, depois de examinar convenientemente a documentação apresentada, as condições de permanência dos postulantes e as possibilidades da confirmação do compromisso

de compra e venda, passou a receber daqueles que tiveram as suas propostas aprovadas, uma mensalidade, uma contribuição que se pode dizer, classificando-a em Direito Civil que constitui o arras em pagamento do compromisso firmado.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tendo a CODEBRAS preparado nenhum contrato de promessa de compra e venda, fez, entretanto, expedir a todas aquelas que tiveram aceitas as suas propostas, o seguinte recibo como comprovante do contrato firmado:

(Lê:)

(Coordenação do Desenvolvimento de Brasília, Programa Habitacional — CODEBRAS. Guia de Recolhimento. Nº de Inscrição — Valor, cruzeiros novos. Vai o Sr. Fulano de Tal, inscrito sob nº tal, para a compra de uma unidade residencial, a Tesouraria da CODEBRAS recolher a importância de, correspondente à prestação, na forma do compromisso assumido. Superquadrá ou quadra, bloco, apartamento ou andar, obra financiada pelo Banco Nacional de Habitação, Brasília, tanto de 1958. Assinado, pela CODEBRAS, Chefe da Divisão de Incorporação, Olyto Guasini”.

Então, a CODEBRAS depois de firmar compromisso com os pretendentes à aquisição do apartamento, expediu um recibo alegando que essa a prestação as prestações compromissadas e assim aceita a proposta que lhe era feita.

Alguns desses pretendentes, Senhor Presidente, vêm contribuindo, há cinco meses, para a aquisição desses apartamentos, mensalidades pesadas, mensalidades que, somadas aos alugueis que pagam das residências que ocupam, criam uma situação tremenda, uma verdadeira abertura para aqueles que querem ajudar a construir Brasília. Confiados na promessa da CODEBRAS, esses proponentes vêm, entretanto, arrastando todas essas dificuldades, na esperança de que adquiririam, afinal, o seu apartamento.

Pois bem, Sr. Presidente, ocorre agora que a direção da CODEBRAS sem nenhuma explicação e até prescrevendo os proponentes para que desistam da proposta recusa-se a continuar recebendo as prestações, de acordo com o compromisso, para que aqueles apartamentos que deveria ser entregues agora sejam destinados a outro organismo, a outros pretendentes que não haviam feito propostas antes e que de nenhuma maneira concorreram para essa construção.

Os proponentes, que exibem até 5 recibos das Superquadras 304, 307 e outras, estão agora impedidos de continuar pagando suas prestações, porque a CODEBRAS, unilateralmente resolveu rescindir o contrato feito sob o nome de compromisso.

Isso, Sr. Presidente, é uma escamoteação à boa-fé daqueles que confiam nos organismos do Governo. É um assalto à economia daqueles que, num esforço sobre-humano, vêm contribuindo, mensalmente com a sua prestação, para que a CODEBRAS reforçasse as suas economias para o desenvolvimento do plano habitacional traçado para Brasília.

Nem todos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se conformam com o arbitrio, com a conduta renovável, injustificável e ilegal da CODEBRAS. E alguns estão ingressando na Justiça segundo comunicação que tenho, para obrigar a Coordenação de Brasília a cumprir, de acordo com o Código Civil, aquilo a que está obrigada. Outros, entretanto, porque funcionários humildes, de menores possibilidades, estão subordinando-se à imposição dos dirigentes da CODEBRAS e até, segundo informações que me prestaram, assinando termos de desistência daqueles direitos já adquiridos.

As pessoas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que confiam na CODEBRAS, são professores, são médicos, são dentistas, engenheiros, pequenos comerciantes, funcionários bancários e até mesmo funcionários públicos que, no seu conjunto, concorrem para a consolidação de uma cidade que se impõe, entretanto, mas com inúmeras deficiências. Não apenas ocupando-a com elementos como funcionários públicos civis ou do funcionalismo militar, que a capital se consolidará. É preciso haver estas outras camadas de elementos humanos dessas diversas categorias, como médicos, professores, dentistas, advogados para que a cidade se humanize, para que então haja confiança nas populações aqui instaladas. Do contrário continuaremos a assistir o espetáculo de desconfiança no conjunto da cidade, nos recursos que ela oferece nas deficiências de que ela se reveste pela falta justamente desses elementos que constituem base sólida para sua verdadeira consolidação.

Neste instante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero trazer a denúncia a o meu protesto contra o procedimento da CODEBRAS, que, em vez de representar um passo para a consolidação de Brasília, representa, assim, um desestímulo àqueles que pretendem aqui se instalar e o quanto antes dar verdadeiras condições à nova capital de funcionar como cidade sede de União.

Quero protestar, Sr. Presidente contra esta escamoteação, face do respeito ao direito daqueles que, contribuindo na construção desta cidade, contribuem para que os edifícios que vão ser entregues em breve a outras entidades, possam ser construídos.

É um fato lamentável, Sr. Presidente, que tem demonstrado a inconsequência de uma administração, a falta de observância das verdadeiras funções de um organismo como esse, que se diz de coordenação e Brasília e que demonstra, que reclama uma urgente providência dos comandos superiores para que tal fato não se reproduza, e se faça a correção repositando-se o direito dos que confiaram na organização a que foi entregue a chamada consolidação de Brasília.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — O fato que V. Ex. acaba de revelar ao Senado demonstra, como um reflexo, a insegurança geral que reina neste país. Não é crível que um órgão governamental, como a CODEBRAS, fuja ao cumprimento de obrigações contratuais de ordem jurídica. E fazendo-o, comete um verdadeiro abuso, um arbitrio, uma atitude intolerável que deve merecer o mais veemente protesto, como V. Ex. acaba de formular e precisa ter uma grande repercussão na imprensa. Para casos como esses é que a nossa posição deve ser atuante, porque não é possível que isso continue. É uma desordem, uma anarquia. Então a CODEBRAS tem um contrato de compromisso de venda de apartamento, o cidadão paga cinco, seis meses de prestação e ela sumariamente, unilateralmente, rompe esse contrato? Isso é possível? V. Ex. faz muito bem em formular essa denúncia. É preciso que se dê grande relevo ao fato e que os jornais o noticiem. Isso é uma vergonha, é um descrédito para este nosso País. São pessoas que estão absolutamente tranquilas, certas de ter adquirido sua moradia, seu apartamento, e são, de uma hora para outra, relegadas. Dou parabéns a V. Ex. a minha inteira solidariedade, meus calorosos aplausos pela atitude que está assumindo em defesa de adquirentes que foram relegados a segundo plano, por esse ato unilateral, violento da CODEBRAS.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o veemente aparte do eminente Senador Nogueira da Gama.

Entretanto, muito mal que insegurança, nobre Senador, representa a total irresponsabilidade daqueles que dirigem a CODEBRAS.

O Sr. Adalberto Sora — Permite-me V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — Senador Edmundo Levi, há poucos dias, ou melhor, há quase um mês, dirigiu requerimento de informação ao Ministério competente, a respeito do assunto de que V. Ex. trata. Naquela ocasião havia recebido denúncias de fatos exatamente iguais ou semelhantes. Não tinha certeza e, por isso, dirigiu-me ao órgão competente, em requerimento de informação, para que me informasse com minúcias sobre o que vinha ocorrendo, inclusive da fuga à responsabilidade contratual, após pagamento de cinco ou mais prestações, caso que chegou mesmo a ocorrer com um nosso colega, Clóvis Maia, meu suplente nesta Casa. Agora, antes de receber as informações que solicitara, temos a confirmação dos fatos através da palavra de V. Ex. Por isto, quero juntar minha solidariedade ao registro do nobre colega, solidariedade ao protesto contra esse abuso que se comete contra a segurança dos brasileiros e contra o próprio progresso de nossa cidade.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador Adalberto Sora, V. Ex. diz que requerer informações à CODEBRAS, sobre o fato de que estou tratando, e estas informações seriam sido registradas há mais de um mês...

O Sr. Adalberto Sora — Aproximadamente um mês.

O SR. EDMUNDO LEVI — ... e que até agora nenhuma resposta lhe foi dada.

Creio, nobre Senador, que mais um organismo governamental pretende, porque não quer dizer a verdade dos fatos mais um organismo governamental há de querer escamotear a informação, há de querer negar o fato para que não se apure, não se evidencie o escândalo de uma conduta de homens que, à testa, de determinados organismos, julgam-se senhores de baraco e cutelo e administram a coisa pública como se estivessem administrando a própria fazenda.

É preciso, nobre Senador, que sobretudo a Oposição, mas também a Situação, formule constantemente esses comentários, essas críticas, a fim de que os responsáveis pelos diversos setores governamentais não se julguem infalíveis, procurem cumprir as suas obrigações, avaliando a sua conduta dentro da lei, e não pensem que nós aqui estamos completamente alheios aos seus erros, aos seus desmandos, aos seus abusos.

A função do Parlamento, em todo o mundo, e cada vez mais se acentua esse aspecto, é fiscalizar permanentemente a maneira como os órgãos governamentais executam as providências legais votadas, saídas de dentro das suas Câmaras.

Não cometemos nenhuma intromissão indevida na ação do Executivo, ao contrário, quando pedimos ao Governo, a qualquer ramo do Executivo, informações sobre determinado fato, estamos, muito mais do que cumprindo um dever constitucional, executando, exercendo, exercitando um direito insito na própria Constituição estamos trazendo para o Parlamento a crítica que deve ser exposta ao povo, de vez que o Parlamento não é apenas uma casa ou uma organização para elaborar leis, mas deve ser, cada vez mais, um foro de debates, onde a opinião pública venha completar-se e daqui refluir para as massas que, sentindo a fiscalização da ação dos seus representantes, possa também aventar novos pontos, denunciar os desacertos e assim, nesse constante debate, encontrarmos o acerto de idéias e providências que, afinal de contas, resi-

de na harmonia do Governo para a realização do bem comum, para a realização deste bem que é a finalidade própria da própria organização governamental.

Assim, Sr. Presidente, neste instante, deixando aqui o meu protesto contra o desacerto da CODEBRAS, espero que as autoridades a que esta organização está subordinada tomem as providências necessárias, para que corrijam os abusos e que estes não mais se repitam. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — O segundo orador inscrito é o Senador Adalberto Fontana, a quem dou a palavra.

O SR. ADALBERTO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Sr. Ministro Delfim Netto, da Fazenda, te-  
junho o jornal "Folha de São Paulo", ao então, fez seria avaria nas companhias de crédito e financiamento que operam com irregularidade no setor financeiro.

Desta, na ocasião, o Senhor Ministro, se tais empresas não cumprissem, rigorosamente, as determinações legais, seriam punidas severamente.

A advertência foi feita, por cessar de posse da nova Diretoria da Companhia que controla as atividades de crédito e financiamento, quando foi eleito Presidente o Sr. Orlando Antônio Campello.

Toda isso a razão o Senhor Ministro da Fazenda em fazer advertência, não porque essas empresas, Sr. Presidente, movimentam dinheiro a juros elevadíssimos, de maneira a influir na situação inflacionária do País.

O Governo está preocupado, e com toda razão, em evitar uma de juros superior a dois por cento, ao mês o que, embora não seja pouco, em vista de o surto inflacionário não ter sido de todo contido, é tolerável. O fato é que essas empresas de financiamento empregam seu dinheiro a juros muito mais elevados.

Nós, Sr. Presidente, com a nossa experiência e, de acordo com nossas observações, consideramos que um dos motivos do aumento do custo de vida é o alto custo dos juros do dinheiro. E para tanto, não só as empresas de investimentos e de créditos contribuem como também os próprios bancos particulares, pois não se justifica o elevado número de agências bancárias nas cidades, especialmente nas grandes cidades, de um único banco. Há bancos que têm mais de quarenta agências numa só cidade, segundo consta.

Ora, todos nós sabemos que a manutenção de quarenta casas, numa cidade, deve contribuir, seriamente, para o encarecimento dos juros.

Nós visitamos países capitalistas; desenvolvemos, países ricos e observamos que o número de suas agências bancárias é bastante limitado.

Em nosso País, infelizmente, assim não acontece e, em regra geral, nossas agências estão luxuosamente instaladas.

De sorte que apoiamos, louvamos a atitude do Sr. Ministro da Fazenda, quando faz tais advertências. Mas desejamos que também procurem coibir a abertura de novas agências a até mesmo que seu número fosse reduzido nos centros urbanos, porque elas, repetimos, só contribuem para o encarecimento dos juros do dinheiro aplicado e, consequentemente, aumentam o surto inflacionário.

É preciso que o Governo reexamine esta questão. Não basta ele dizer que se está esforçando para reduzir a taxa de juros, pedir a colaboração dos Bancos, destas empresas de financiamento, é atitude louvável mas de pouco ou nenhum rendimento.

De sorte que se o Governo, como todos nós acreditamos, está empenha-

do em melhorar esta situação de financiamento, a fim de conseguir o seu objetivo, deveria limitar por restrições o número de agências bancárias e limitar, ao máximo possível, essas empresas de crédito e financiamento. Porque aí poderíamos obter resultados.

O dinheiro é sempre o mesmo. Se o afirmamos entre muitas casas, muitos bancos, muitas agências bancárias, empresas de crédito e investimento, lógico que a demanda aumentará e ele não circulará economicamente.

Temos acompanhado, com toda a intensidade, a orientação que o Governo vem imprimindo no setor financeiro. Ele tem conseguido — é preciso que se diga — algum resultado como, por exemplo, a incorporação de bancos. Ainda recentemente, sem dúvida alguma, até poderíamos dizer lamentavelmente, o Banco Indústria e Comércio do Estado de Santa Catarina foi incorporado pelo Banco Brasileiro de Desconto, um dos maiores bancos do País. Acreditamos que, embora do ponto de vista, como representante do Estado de Santa Catarina, seria de desejar que o Banco — INCO — continuasse operando independentemente.

Por outro lado, acreditamos que a incorporação que houve já apresenta algum benefício, porque o Banco Brasileiro de Desconto, diga-se de passagem, é uma instituição bancária que merece louvores, porque está, segundo sabemos, cumprindo legalmente todos os dispositivos na aplicação de dinheiros de empréstimos; até mesmo em Santa Catarina as notícias que nos têm chegado são desta ordem.

De maneira que essa orientação do Governo, de fazer com que se reduza o número de bancos, pela incorporação ou aquisição de um pelo outro, é medida salutar, a nosso ver. Mas o mesmo não está acontecendo com empresas financeiras, que têm aumentado de número; em toda a parte, salas são transformadas em agências dessas empresas, que pagam juros relativamente elevados aos depositantes e, conseqüentemente, aplicam, esse dinheiro a juros extorsivos. Daí a razão da advertência do Senhor Ministro Delfim Netto, na ocasião em que foi convidado para comparecer à posse da nova Diretoria da Associação das Empresas Financeiras de Investimentos. Não perdeu S. Ex.<sup>a</sup> a feliz oportunidade de fazer tal advertência, que esperamos tenha calado profundamente naqueles que têm a responsabilidade de cumprir os dispositivos legais, a respeito do empréstimo de dinheiro.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Ex.<sup>a</sup> se tem ocupado, em várias ocasiões desse problema de taxa de juros bancários, defendendo e sustentando, com muita oportunidade e segurança, a necessidade de serem eles diminuídos. Estou de inteiro acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, mas a meu ver, o problema não é apenas este.

O problema mais importante em matéria de Banco, em nosso País, é o da seletividade de crédito. Enquanto os estabelecimentos bancários, sob a orientação discriminada e cabal do Banco Central, não se propuserem a fazer aplicações de crédito devidamente selecionadas, seletivas, tanto no ponto de vista quantitativo, como qualitativo, nós não conseguiremos estabelecer uma certa estabilidade no valor da moeda, porque o que vemos até hoje, é uma desordem em matéria de aplicações bancárias. Os grupos de maior pujança, aqueles que têm maior poder econômico ou financeiro, esses auferem o grande quinhão dos empréstimos bancários, enquanto outras indústrias médias ou

menores ficam incluídas no desamparo do Estado. E, além disso, o que se vê são os grandes bancos, principalmente os estrangeiros que controlam economicamente o nosso País, não têm preocupação de que o dinheiro que eles emprestam vá para as pequenas e médias empresas, e sim para as grandes e médias empresas.

Ainda é preciso que se compreenda que os bancos estrangeiros, que controlam economicamente o nosso País, não têm preocupação de que o dinheiro que eles emprestam vá para as pequenas e médias empresas, e sim para as grandes e médias empresas. O Banco Central não encontrou meios, ainda, de impedir tal pressão que impõe em distorção tremenda para o mercado circulante de todo País. Eu me animo a sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> que adia também a esse ponto de vista e que prosiga, sempre, na sua brilhante atuação, neste Senado para que o Governo não crie uma seleção de crédito bancário. Portanto deverá haver crédito disponível, capaz de atender a todos os contratantes de nosso País, a todos os setores que trabalham, que produzem, sejam os da indústria ou comércio, dentro de um critério em que não haja prevalência de um sobre os outros, e distribuição igualitária. Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. ATTILIO FONTANA — Nobre Senador, concordo, plenamente, com as observações com que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de honrar meu discurso. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão quanto à seleção de aplicação de empréstimos. Mas devemos reconhecer, nobre Senador, que o Governo tem batido regulamentos e instruções, determinando que um percentual dos depósitos bancários seja aplicado — e principalmente — no setor agropecuário.

Um dos pontos a que o Sr. Ministro da Fazenda se tem referido, como o próprio Presidente do Banco Central da República, é que nem sempre, os bancos cumprem o dispositivo, a determinação legal.

Recentemente, precisa o Governo ter controle mais eficiente sobre os bancos, para que cumpram o dispositivo de financiamento às classes produtoras.

Ultimamente o Governo tem tratado de financiar os consumidores, setor que merece — a meu ver — apoio, pois que há necessidade de atendê-los.

A questão é que nem sempre as boas determinações legais dão o fruto que deveriam, porque, há sempre alguém que procura burlá-las. E' o que vem acontecendo no setor bancário e nas empresas de financiamento: não estão cumprindo à risca, as determinações, conforme tenho acompanhado.

Os próprios bancos que operam em poucos centros urbanos e não têm a sua rede distribuída pelo interior do País, alegam ter dificuldade de aplicar esse dinheiro aos pequenos industriais, aos pequenos comerciantes e, principalmente, aos nossos homens do campo. Ainda há poucos meses, li que um dos responsáveis pelo Banco Central do Brasil permitiria o repasse de bancos citadinos, os localizados em centros urbanos, de transferir para Bancos que têm agências espalhadas pelo interior do País a percentagem que deve ser aplicada no setor agropecuário.

Reconhecemos que o Governo tem boas intenções e procura fazer campanhas e aplicar, mas sempre há o que, de uma maneira ou de outra, não é cumprido. Por isso, desde o Sr. Ministro Delfim Netto, em 1964, quando, em São Paulo, que então era a capital, foi criado o Conselho de Financiamentos Rurais, há uma preocupação de que o dinheiro que é aplicado, vá para o setor rural. E, quando isso não acontece, há uma preocupação de que o dinheiro que é aplicado, vá para o setor rural. E, quando isso não acontece, há uma preocupação de que o dinheiro que é aplicado, vá para o setor rural.

Outro setor que preocupa muito o Governo, como é justo que preocupe todo governo bem intencionado, é a questão do desenvolvimento, do progresso do País. Porque, em última análise, isto representa um maior mercado de mão de obra e melhores condições de vida para o povo. Mas, quando não existem resultados para reinvestir — e é muito comum o que se verifica em nosso País — então, não há essa expansão, não há o desenvolvimento. Por outro lado, então, o que se verifica é que os bancos, as empresas de investimentos têm resultados excepcionalmente elevados.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão nos comentários que acaba de formular, especialmente no que se refere ao crédito rural. O Banco Central, na verdade, estabeleceu percentual para bancos particulares nas suas aplicações ao crédito agropecuário. Isso, conforme V. Ex.<sup>a</sup> notou, não tem sido observado como deveria. O assunto é importantíssimo, não há dúvida, porque, ao longo dos anos, em nosso País, o problema de crédito rural está equacionado sem que ainda se tenha chegado a solução satisfatória. Permita-me lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que o saudoso Ministro Osvaldo Aranha quando exerceu a Pasta da Fazenda, imaginou um sistema de controle e de administração de empréstimos rurais. Criou ele, então, um Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais, e isso consta de um decreto que foi assinado pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas. Esse órgão devia ser instalado precisamente no dia 21 de agosto, em que se deu a tradição que abalou este País, e que implicou no sacrifício da vida daquele grande brasileiro. Por esse Conselho Nacional de Administração de Financiamentos Rurais haveria um sistema em condições de fiscalizar, não apenas os financiamentos de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, mas os dos Bancos particulares que, por certos dispositivos do Decreto, seriam compelidos a aplicar, também, as suas disponibilidades nesse tipo de atendimento financeiro. Infelizmente, esse Decreto não foi posto em execução. E, de lá para cá, tentou-se fazer alguma coisa. A última Lei sobre a matéria, que estabeleceu o sistema do crédito rural no Brasil, também não foi precisa nesse ponto. Então, estamos, hoje, expostos apenas à orientação das diretrizes porventura estabelecidas pelo Banco Central da República do Brasil entre as quais está que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de citar, de recomendar aos Bancos particulares a aplicação de um percentual em empréstimos rurais, o que eles, em regra, não fizeram. Assim, Sr. Senador, a situação continua como V. Ex.<sup>a</sup> ainda há pouco acentuou de meras intenções, mas das boas intenções, ouvimos sempre dizer, até o inferno está cheio. Precisamos é de realidade, de ação, de dinamismo; precisamos esboçar qualquer coisa de es-

trutural e dinâmico a favor do crédito rural em nosso País. Sem o incremento da produção rural não é possível, está visto, esta demonstração, que o Brasil não se desenvolve a não é preciso. Não podemos deixar a indústria agrícola atrasada. Não é apenas a indústria de transformação que não é apenas o comércio que faz o desenvolvimento; não são apenas os grandes investimentos de base que podem fazer o desenvolvimento do País. Eles são necessários, são indispensáveis, mas, evidentemente, se a base de base a base agrícola, pois de tão larga extensão territorial haverá um hiato, haverá uma falta de correspondência e esse desenvolvimento nunca se realizará nos termos em que deve ser feito, em que se deve processar. Louvo V. Ex.<sup>a</sup> que sempre propugnou por esses assuntos no Senado, e espero que o Governo Federal venha, afinal, compreender a magnitude do problema de crédito. Não se combate inflação de custo, nem de qualquer outra natureza, sem uma boa e segura aplicação de crédito. O crédito deve ser seletivo, tem que ser aplicado quantitativa e qualitativamente, tem-se que ver a sua qualidade e quantidade, pois, do contrário não se realiza nada. Ficamos nesse *mare magno*, nesse torvelinho de providências que não se ajustam, que não resolvem os magnos problemas do País. O crédito rural precisa de uma solução. O que é mais de lamentar é que temos, no Brasil, o maior título de crédito agrícola que, é a cédula rural, inspiração do Presidente Getúlio Vargas e que teve minha iniciativa quando Deputado Federal. Criamos a cédula rural, que é o título de crédito mais adiantado do mundo, que mobiliza que facilita a mobilização do crédito rapidamente, sem necessidade, de um formalismo demorado de preenchimento, de títulos, complicado. E tudo simples, e como se fosse uma nota promissória, numa folha de papel almaço. V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem em defender esse ponto de vista, porque ele é concreto, é objetivo, é necessário à solução desses problemas de nosso País. Agradeço a elaboração.

O SR. ATTILIO FONTANA — Agradeço a colaboração. Existe, como V. Ex.<sup>a</sup> fez referência, legislação, atos de autoridades competentes, determinando a aplicação correta dos dinheiros por essas organizações financeiras e os próprios bancos. Infelizmente repetimos o que o Sr. Ministro da Fazenda declarou na reunião de São Paulo: há os que burlam as instruções, a legislação e assim procedendo estão cometendo atos criminosos.

Nós, da tribuna do Senado, nesta oportunidade, pedimos ao Sr. Ministro da Fazenda, que tem a força e que dispõe de leis que devem ser cumpridas, que apure a responsabilidade dos culpados e os punha na cadeia por algum tempo. Certamente que será este o melhor remédio para combater abusos de enriquecimento ilícito, enquanto a população sofre, sem haver possibilidade de expansão.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos e Informações:

Nº 359-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso número GM-365-68, de 27 de junho de 1968);

Nº 55368, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº 968-SAP-68, de 28.6.68).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 235-68, de autoria do Senador Yasconcelos Tôres;

Nº 502-63 de autoria do Senador Pereira Diniz;

Nº 552-68 de autoria do Senador Yasconcelos Tôres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

GP-0-606 68

Brasília, 30 de junho de 1968.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, obedecendo ao Artigo 218 do Regimento Interno, que, de acordo com o Art. 31 da Constituição Federal, 144 Senhores Deputados, ou seja, mais de um terço, em requerimento enviado a esta Presidência, resolveram convocar extraordinariamente o Congresso para o período de 1º a 31 de julho próximo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — José Bonifácio, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Assim, de acordo com o ofício ora lido, faço saber que o Congresso Nacional se acha convocado, nos termos do artigo 31, § 1º, da Constituição, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para se reunir extraordinariamente, no período de 1º a 31 de julho do corrente ano.

A instalação do período legislativo extraordinário, assim fixado, realizar-se-á no dia 1º de julho, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Passa-se a

**ORDEM DO DIA**

Item 1.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 550, de 1963, de autoria de Sr. Senador Arnaldo Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do editorial de "O Globo", de 27 de junho de 1963.

A votação foi adiada na última sessão, por falta de quorum.

Continua não havendo quorum regimental para a votação, que fica adiada para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 579, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (nº 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações

Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Em discussão o projeto. (Pausa) Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 579, DE 1968  
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 25, de 1968 (número 44-B-67, na Casa de origem). Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (nº 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1968. — Filinto Müller, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Antonio Carlos — Nogueira da Gama.

ANEXO AO PARECER Nº 579-68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (número 44-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº  
DE 1968

Aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Item 3:

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, a 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu, tendo Parecer, sob nº 580, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, em turno suplementar. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem nova redação, nos termos do art. 275, § 5º, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados, e, para acompanhar na outra Casa o estudo do substitutivo, designo o Sr. Senador Arnão de Melo, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

PARECER Nº 580, DE 1968  
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo ao Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem).

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem), que aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, a 2 de setembro de 1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1968. — Filinto Müller, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Antonio Carlos — Nogueira da Gama.

ANEXO AO PARECER Nº 580-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte: Aprova o texto do Protocolo, assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo, assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Item 4:

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-63, na Casa de origem), que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal, tendo Parecer, sob nº 581, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar.

Se não houver quem queira manifestar-se, vou dar a discussão como encerrada. (Pausa)

Encerrada a discussão sem emendas ao substitutivo do Senado, será ele dado como definitivamente aprovado, sem nova votação, nos termos do art. 275, § 5º, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Designo para acompanhar, na Câmara, o estudo do substitutivo, o Senhor Senador Edmundo Levi, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

PARECER Nº 581, DE 1968  
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (número 3.651-C-66, na Casa de origem), que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1968. — Filinto Müller, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Antonio Carlos — Nogueira da Gama.

ANEXO AO PARECER Nº 581-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-66, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte. Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A nenhuma pessoa física bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

Parágrafo único. Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal.

Art. 3º Constitui contravenção penal punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR 0,50 (cinquenta centavos) a NCR 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerará-se responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas quando então, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Esgotada a Ordem do Dia.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, antes, porém, lembrando à Casa que fica convocado o Congresso Nacional para amanhã, às 15 horas, para a instalação dos trabalhos do período de convocação extraordinária, nos termos do ofício há pouco lido.

Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 30 minutos.)

**M E S A**

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aaron Steinbrink (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller (MT)

**Vice-Líderes**

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos (SC)

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna (GB)

**Vice-Líderes**

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama  
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**

**TITULARES**  
 Arnaldo de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Torres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

**SUPLENTE**  
 José Leite  
 José Guimard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

**MDB**

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho

José Ermírio  
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio  
 Vice-Presidente: João Cleofas

**ARENA**

**TITULARES**  
 José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

**SUPLENTE**  
 Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

**MDB**

José Ermírio  
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.  
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**

**TITULARES**  
 Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnaldo de Mello  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**  
 José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedicto Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz  
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 249.  
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

13 Membros

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

**ARENA**

**TITULARES**  
 Milton Campos  
 Antonio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petronio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarasate  
 Clodomir Muet

**SUPLENTE**

Alvaro Mala  
 Lobão da Silveira  
 Benedicto Valladares  
 Arnaldo de Mello  
 Júlio Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

**MDB**

Antônio Baldino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abramo  
 Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA**

**TITULARES**  
 José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Petronio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Clodomir Muet  
 Manoel Villaza  
 Wilson Gonçalves

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

**MDB**

João Abramo  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Sena

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 249.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto  
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

**ARENA**

**TITULARES**  
 Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

**SUPLENTE**

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

**MDB**

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Archer

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Mem de Sá

**ARENA**

**TITULARES**  
 Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Mala  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petronio Portela

**MDB**

Adalberto Sena  
 Antônio Baldino

Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**(11 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo TorresJosé Guimard  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Antônio Balbino  
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Siegfredo Penecco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio LeiteLobão da Silveira  
José Guimard  
Teotônio Vilela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José ErmírioOscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio VilelaJúlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino  
Nogueira da GamaRuy Carneiro  
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio LeiteCelso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio  
Josaphat MarinhoJoão Abrahão  
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos LindenbergJosé Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Benedicto Valladares  
Teotônio Vilela**MDB**Josaphat Marinho  
José ErmírioSebastião Archer  
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Melo  
Duarte Filho  
Menezes PimentelTeotônio Vilela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro  
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna  
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto.  
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho PintoJosé Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio  
Aurélio Vianna  
Marc MartinsAntônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**  
José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da SilveiraFilinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Benedito Valladares  
Filinto Müller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mendonça  
Ney Braga  
Milton Campos  
Mouso Andrade  
Fernando de  
Arnon de Mello  
José Cândido

**SUPLENTE**  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Paulo Torres  
José Leite  
Roberto Villela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aureli Viana  
Oscar Passos

Bezerra Ne.  
João Abrahão  
Josephat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet

**SUPLENTE**  
Julio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

**MDB**

Adalberto Senna  
Sebastião Archer

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Paulo Torres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**  
Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domício Gondim  
Manoel Villaga  
Melo Braga

**MDB**

Oscar Passos  
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnon de Mello

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Paulo Torres  
José Guimard

**SUPLENTE**  
José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petronio Porteira  
Manoel Maciel

**MDB**

Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Sebastião Archer

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Domício Gondim  
João Cleofas

**SUPLENTE**  
Paulo Torres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz

Mário Martins  
Ruy C.

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

**ARENA****SUPLENTE**

**TITULARES**  
José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia  
Milton Trindade

**SUPLENTE**  
Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga

**MDB**

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Senna  
Ruy Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.